



**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO
MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO - BA:
narrativas, discursos e práticas**

YURI MIGUEL MACEDO

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
CAMPUS SOSÍGENES COSTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS

YURI MIGUEL MACEDO

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO -
BA: NARRATIVAS, DISCURSOS E PRÁTICAS**

PORTO SEGURO - BA
2021

YURI MIGUEL MACEDO

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO -
BA: NARRATIVAS, DISCURSOS E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fábiana Barbosa Ribeiro.

PORTO SEGURO - BA
2021

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

M141e Macedo, Yuri Miguel, 1991 -

Educação antirracista no município de Porto Seguro – BA:
narrativas, discursos e práticas. / Yuri Miguel Macedo. – Porto
Seguro, 2021.

97 p.

Orientadora: Fábila Barbosa Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. DADI. 2. Porto Seguro, BA. 3. Educação. 4. Relações Étnico-
Raciais. I. Ribeiro, Fábila Barbosa. Título.

CDD: 370.193 42

YURI MIGUEL MACEDO

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO -
BA: NARRATIVAS, DISCURSOS E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fábiana Barbosa Ribeiro.

Este trabalho foi submetido a avaliação e julgado aprovado em 12 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra Fábiana Barbosa Ribeiro (Unilab)
Orientadora



Profª. Dra. Nilma Lino Gomes (UFMG)
Membra externa



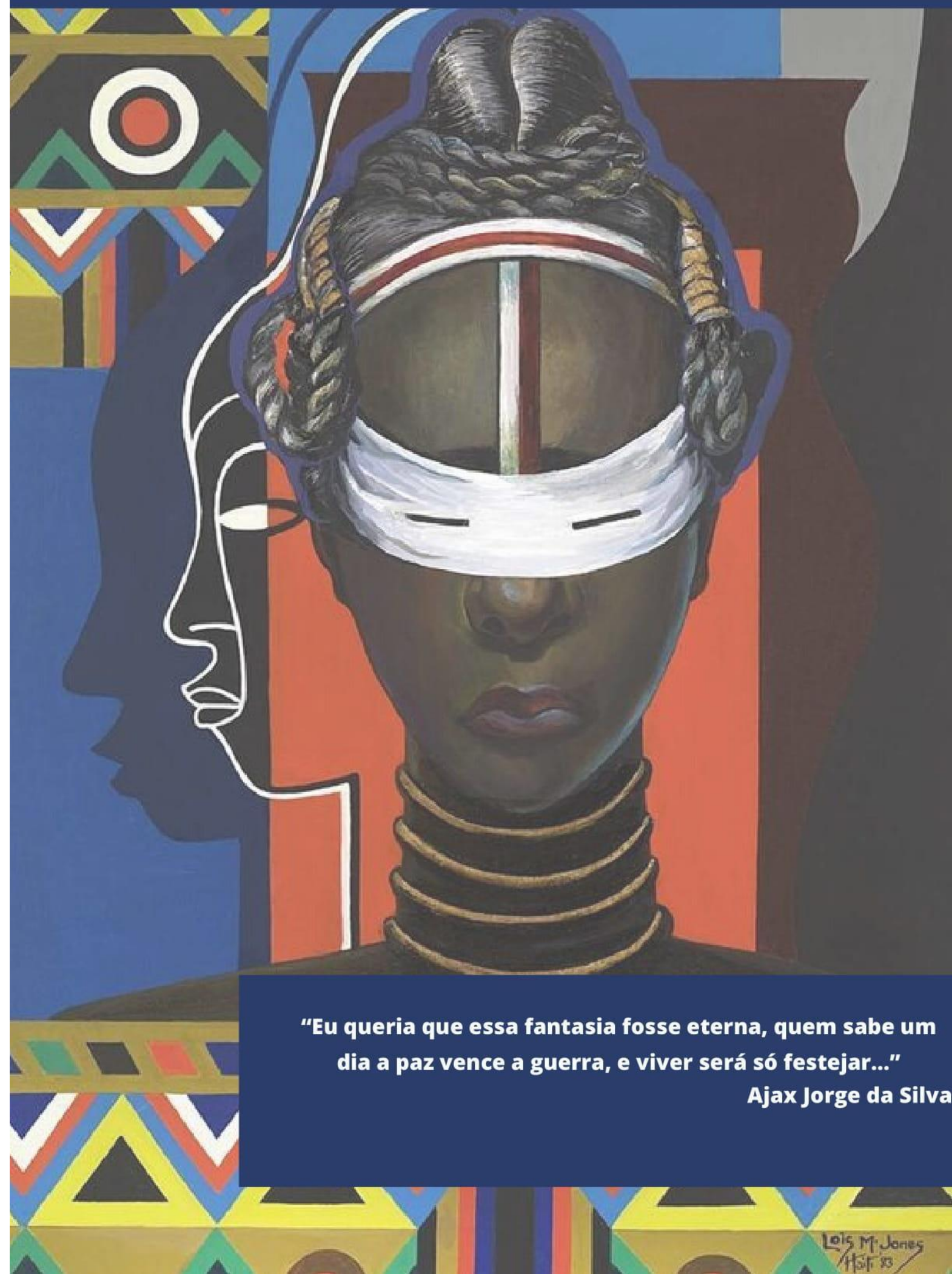
Profª. Dra. Mariana Fernandes dos Santos (IFBA)
Membra externa



Profª. Dra. Kiusam Regina de Oliveira (UFES)
Membra externa



Profª. Dra. Lidyane Maria Ferreira de Souza (UFSB)
Membra interna



"Eu queria que essa fantasia fosse eterna, quem sabe um dia a paz vence a guerra, e viver será só festejar..."

Ajax Jorge da Silva

Lois M. Jones
H&A '83

AGRADECIMENTOS

A Esù e ao Povo de rua que sempre abriu os caminhos. Laroyê! Mojuba!
A Ogun guerreiro que por meio da minha fé foi à frente nos meus momentos que precisava de proteção. Ogunhê!

A Oxossi que me fez sentir esse espírito do lado familiar que precisava ser revigorado a cada dia. Okê Arô!

A Omolu por me dar saúde e força para continuar os caminhos. Atotô!

A Ossain pelas folhas que proveu para cada chá que usei para me acalmar e me redirecionar. Ewê ô!

A Osumarê por me dar a prosperidade e abundância de sabedorias nos momentos difíceis. Arroboi!

À Nanã por toda a ancestralidade e afetividade que transpassa dos meus ancestrais até os dias de hoje. Saluba Nanã!

À Oshun, minha mãe, que me carregou nos braços nos momentos de fraqueza e me revigorou a cada pedido de socorro. Ora yêyê ô!

À Obá que esteve a todo momento conversando com as mulheres que me fizeram a ser como sou. Obá Xirê Yá!

À Ewá por todo momento de criatividade e vidência nos momentos mais oportunos. Ri Ro Ewá!

À Yansã que me fez olhar e caminhar pra cima com movimentos espiralados na busca do melhor de mim. Eparrei Oyá!

A Logunedé pela experiência de poder passar sobre as terras e rios, com sua docilidade e faro de caça em todo os espaços. Olorikim!

A Ayrá por me trazer todos aqueles ventos que acalentavam meu coração. Ayrá Lê!

À Yemonjá mãe de todos os Orís que me proporcionou calma em meio as tempestades. Odô iyà!

A Shangô meu pai que foi justo e guerreiro a cada súplica que fiz. Kaô Kabecilê!

A Osalà, criador de toda humanidade, que nos permite a cada dia ser melhor do que fomos ontem, hoje, e melhor amanhã do que fomos antes de ontem e hoje. Èpa Bàbá!

Aos meus avós *in memoriam*, Carminia Marques, Antonio Miguel, Nilza Zanetti, Julio Macedo e Olga Macedo, que sempre foram atenciosos e me incentivaram a pensar esse caminho da ancestralidade pela oralidade e aFÊto.

À minha mamadi, Alcidéia Maciel, e mamis, Giovana Zanetti, que sempre acreditaram no meu potencial, mesmo nos momentos de desventuras.

À minha grande amada irmã Michele Maciel, por me incentivar e sempre ser o meu baú de memórias e bons momentos. Aos meus irmãos Philipe Maciel e Miguel Isaac Junior, por todo esse processo de aprendizagem com a vida de vocês que são exemplos.

Aos meus amores, sobrinhs, a Nicolli Garcia minha inspiração diária pra não desistir da vida, por mais que ela esteja no fundo do poço, e sempre acreditar que sou seu exemplo de vida a ser seguido. A Maciel Garcia, Matheus e Issac por serem presentes e trazerem alegrias nos momentos em família.

Ao meu amor Lucas Yuri, que está ao meu lado e me ensina a cada dia sobre a vida e sonhos que podem ser conquistados quando pensado juntos.

Aos meus sogros Jurema e Ricardo, pelo carinho e acolhida na família de vocês mesmo na pandemia e sempre serem sinceros, afetuosos e verdadeiros.

À Lúcia Silva (*in memoriam*), que sempre esteve presente na nossa vida e fazendo dela um pouco melhor com sua presença.

À Mariana Fernandes, pela amizade, pelo afeto, pelos conselhos e pelos puxões de orelha ao longo dessa jornada que enriqueceu minhas discussões sobre as temáticas decolonialidade e EREER.

Ao Jorge Dantas Jr., que me ajudou a ver com outros olhares as coisas que me cercam e nos valores dados as pequenas coisas; a Física tem muito a aprender com você.

À Ana Flor, minha pequena e doce sobrinha, filha de Mariana e Jorge, que ao nos encontrarmos, tivemos um encontro de almas que no final convergem em alegrias, inspirações e presepadas.

A Juliano Lom (*in memoriam*), meu grande amigo que passou para deixar intensas lembranças dos tempos de faculdade.

Aos amigos Caroline Cardoso, Ibsen Brandão, Cynthia Kós, Roger Guimarães, Pablo Callegaris, Renata Costa, Silvia Benevides, Nicoleta Mattos, Sônia Guimarães, Wallas Rampineli, Wesley Rampineli, Fernando Bortolotti, Isaac Ramos, Marcella Franca, Carla Nogueira, Aline Aguiar, Marianna Carneiro, Leandro Cansanção, Claudia Maia, Marcia Surlo, Joelma Rocha, Thainara Braz, João Borsoi, Fernando Partele, Ton Israel, Mauricio Alves, Jack Silva e alguns que devo ter me esquecido, sem o abraço e carinho de vocês não chegaria onde cheguei.

À minha orientadora Fábiana Barbosa Ribeiro, que nos 45 minutos do segundo tempo me aceitou nessa empreitada e segurou minha mão.

Aos meus colegas do PPGER-UFES, gratidão pelo percurso que passamos juntos.

Aos meus professores Alexandre Fernandes, Eliana Póvoas, Maria Aparecida Lopes, Carolina Bessa, Dodi Leal, Fábiana Ribeiro, Lidyane Souza, Maria do Carmo Rebouças e Richard Santos, pelos inúmeros momentos de aprendizagens brindados ao longo do processo do mestrado.

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, ao qual sou pesquisador desde 2016, por todo apoio, incentivo e suporte para que eu me tornasse esse pesquisador da Educação para as Relações Étnico-Raciais, em especial a Patrícia Rufino, Cleyde Amorim, Osvaldo Martins, Aissa Guimarães, Kiusam de Oliveira, Larissa de Albuquerque, Lucas Leite, Ana Caroline Sá, Guilhermy Duarte...E a todos que fizeram e fazem parte do NEAB/UFES.

Aos estudantes que passaram por minha trajetória de vida, sem vocês, nenhum desses processos de intervenção que penso para uma política pública educativa melhor teria existido.

Aos parceiros Fábio do Vale e Camilla Rastely pela leitura afetuosa e atenciosa do meu trabalho.

Agradecimento especial a banca examinadora que teve todo cuidado e carinho para leitura deste trabalho, as amadas Kiusam de Oliveira, Nilma Lino Gomes, Mariana Fernandes dos Santos e Lydiane Ferreira de Souza.

A Victória Mendes que me agraciou com lindo trabalho da capa.

Aos que me deram forças e que não tenho como descrever o quão importante foram para esse processo de aperfeiçoamento, obrigado!

RESUMO

As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 são dispositivos legais que alteraram a Lei nº 9.394/1996 (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. Sabe-se que, a não integração da população negra e indígenas em múltiplos campos da sociedade ainda é (in)visível (a não integração é visível) partindo do princípio de que os negros compõem mais da metade da população brasileira, mas ainda são minoria nos campos político, econômico, midiático, artístico, esportivo, educacional, dentre outros. A presente escrita busca compreender, a partir da prática desenvolvida na disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena (DADI), integrante do currículo escolar nos 6º e 7º anos do ensino fundamental do município de Porto Seguro, como os professores/as interpretam e materializam as leis que inspiraram a criação desta disciplina. Para tanto, o presente estudo se realizou por meio de entrevistas e apresentação dos resultados em um curso de formação continuada aos professores da rede municipal de Porto Seguro, que se concluiu a partir da reflexão de que a disciplina DADI cumpre um papel importantíssimo para cumprir a legislação que está em vigor em relação as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008. No entanto, é preciso ultrapassar essa disciplina e tratar as questões raciais de forma interdisciplinar, multidisciplinar e institucionalizadas.

Palavras-chave: DADI. Porto Seguro. Educação para as Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

The laws 10.639 / 2003 and 11.645 / 2008 are legal provisions that changed Law 9.394 / 1996 (LDB) which establishes the guidelines and bases of national education to include in the official curriculum of the education networks the mandatory theme of History and Culture African, Afro-Brazilian and Indigenous. It is known that the non-integration of the black and indigenous population in multiple fields of society is still (un) visible (non-integration is visible) based on the principle that blacks make up more than half of the Brazilian population, but are still a minority in the political, economic, media, artistic, sports, educational fields, among others. This writing seeks to understand, based on the practice developed in the discipline Afro-descendant Diversity and Indigenous Diversity (DADI), part of the school curriculum in the 6th and 7th years of elementary school in the city of Porto Seguro, how teachers interpret and materialize the laws that inspired the creation of this discipline. To this end, the present study was carried out through interviews and presentation of the results in a continuous training course for teachers from the Porto Seguro municipal network, which was concluded from the reflection that the DADI discipline plays an extremely important role to fulfill the legislation that is in effect in relation to Laws 10.639 / 2003 and 11.645 / 2008. However, it is necessary to overcome this discipline and address racial issues in an interdisciplinary, multidisciplinary and institutionalized way.

Keywords: DADI. Porto Seguro. Education for Ethnic-Racial Relations.

RESUMEN

Las Leyes 10.639 / 2003 y 11.645 / 2008 son disposiciones legales que modificaron la Ley 9.394 / 1996 (LDB) que establece los lineamientos y bases de la educación nacional para incluir en el currículo oficial de las redes educativas el tema obligatorio de Historia y Cultura Africana, Afro- Brasileño e indígena. Se sabe que la no integración de la población negra e indígena en múltiples ámbitos de la sociedad sigue siendo (in) visible (la no integración es visible) basada en el principio de que los negros constituyen más de la mitad de la población brasileña, pero son siendo minoría en el ámbito político, económico, mediático, artístico, deportivo, educativo, entre otros. Este escrito busca comprender, a partir de la práctica desarrollada en la disciplina Diversidad Afrodescendiente y Diversidad Indígena (DADI), que forma parte del currículo escolar de 6o y 7o de primaria de la ciudad de Porto Seguro, cómo los docentes interpretan y materializar las leyes que inspiraron la creación de esta disciplina. Para ello, el presente estudio se realizó a través de entrevistas y presentación de los resultados en un curso de formación continua para docentes de la red municipal de Porto Seguro, el cual se concluyó a partir de la reflexión que la disciplina DADI juega un papel sumamente importante para el cumplimiento de la legislación. que está vigente en relación con las Leyes 10.639 / 2003 y 11.645 / 2008. Sin embargo, es necesario superar esta disciplina y abordar la problemática racial de manera interdisciplinaria, multidisciplinaria e institucionalizada.

Palabras clave: DADI. Puerto seguro. Educación para las relaciones étnico-raciales.

SUMÁRIO

JÁ PINTOU VERÃO, CALOR NO CORAÇÃO.....	13
CARNAVAL NA BAHIA	22
A Educação em Porto Seguro.....	23
DANÇAR AO NEGRO TOQUE DO AGOGÔ.....	28
Resolução CME nº 19/2007	30
Resolução CME nº 38/2010	32
Resolução CME nº 41/2012	33
Resolução CME nº 118/2019.....	35
Ofício SEDUC nº 674/2020 e nº 08/2021	45
EU QUERIA QUE ESSA FANTASIA FOSSE ETERNA	71
E VIVER SERÁ SÓ FESTEJAR	89
REFERÊNCIAS	93

JÁ PINTOU VERÃO, CALOR NO CORAÇÃO¹

De onde venho, é caminho do Rio Doce ao
encontro do mar.

Yuri Miguel Macedo

Esta dissertação traz como pesquisa acadêmica questões citadinas e socioculturais erigindo um discurso antirracista no bojo educacional. Povoação de Rio Doce é um distrito do município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, localizado à margem norte do rio. Uma vila que está localizada a 36 km da sede do município, e que no ano de 2015, foi atingido por 11,1 milhões de m³ de rejeitos de minério da barragem de Fundão, distrito de Mariana-MG. Desde esse marco histórico do vilarejo, os anseios que estavam no trabalho ribeirinho e na pesca, foram levados pelo mar. Nesse viés de onde venho e de como se conformava as terras no Brasil encontramos:

Utiliza-se o termo “antiga Capitania de Porto Seguro” para delimitar o espaço geográfico e administrativo da pesquisa. Esse espaço compreendia as terras entre o rio Grande (atual Jequitinhonha) e o rio Doce (atualmente pertencente ao estado do Espírito Santo), reproduzindo os limites territoriais definidos na carta de doação da Capitania de Porto Seguro para Pero do Campo Tourinho, em 1532. Entretanto, em 1758, a Capitania de Porto Seguro foi transformada em propriedade da coroa portuguesa, sendo anexada à Capitania da Bahia e subordinada à sua jurisdição político-administrativa, através da criação de uma comarca com mesmo nome (CANCELA, 2012, p.17).

Não sei o porquê, mas, o distrito de Povoação era da antiga Capitania de Porto Seguro. De Povoação até Porto Seguro, foi preciso percorrer um prolixo caminho para que fosse possível consolidar esse processo de mestrado, um marco importante para que eu pudesse adentrar em uma área que outrora era desconhecida, foi pelos escritos dos Professores Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, que me despertaram e passei a perceber as relações raciais nas escolas e na sociedade.

¹ Os títulos que apresento para compor a dissertação estão baseados na música Baianidade Nagô de Evandro Rodrigues, compositor baiano soteropolitano. Reafirmo por meio dessas mudanças a minha posição contra todos os tipos de colonialidade e tradição que são impostos por uma lógica eurocentrada para apresentação de trabalhos acadêmicos. Nesse caso inicial, o título significa Introdução.

A presente pesquisa se debruça no intuito de trazer e indagar como a Educação para as Relações Étnico-Raciais se organiza no município de Porto Seguro, tendo como premissa o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que endossa a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Inicialmente, pensamos em fazer um mapeamento do Território Identitário Costa do “Descobrimento”² em relação a aplicabilidade das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Ao apresentar a proposta inicial, percebemos que o número de escolas existentes na Costa do Descobrimento era vasto, e nos deparamos com 104 instituições escolares somente em Porto Seguro. Entende-se como Território Identitário Costa do Descobrimento oito municípios: Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. Possui extensão territorial de 12,1 mil quilômetros quadrados, população total de 342,3 mil habitantes.

Abdicando da ideia do mapeamento e, com outra visão sobre como aterrissar a pesquisa de uma forma concreta e exequível, após inúmeras problemáticas devido à pandemia da COVID-19 e também acadêmicas, optamos pelo caminho que nos levasse à construção de uma análise palpável e que pudesse ter repercussão junto aos professores do município de Porto Seguro no Estado da Bahia.

A partir dessa indagação, trouxemos como desafio para esse estudo a possibilidade de problematizar como os/as professores/as da rede municipal de ensino de Porto Seguro trabalham as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 nos currículos escolares. Focamos a pesquisa, qualificada em 13 de maio de 2020, no estudo na disciplina Diversidade Afrodescendente e Indígena (DADI)³, componente curricular integrante, desde o ano de 2007, do currículo da Educação Básica do município Porto Seguro como forma de atender aos preceitos legais da alteração da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de

² A constituição dos Territórios de Identidade na Bahia aconteceu a partir de 2007, a partir da especificidade dos arranjos sociais e locais de cada região, onde a divisão através da regionalização vem sendo utilizada para a implementação de políticas públicas no Estado. (BAHIA, 2010)

³ A partir deste momento utilizarei DADI para me referir à Disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena, forma abreviada como é conhecida entre os professores da rede municipal de ensino de Porto Seguro – BA.

Diretrizes e Bases da Educação) com as Leis n.º 10.639/2003 e a Lei n.º 11.645/2008 (Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena), Resolução n.º 1/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais), no enfrentamento do racismo.

Entretanto, o percurso metodológico pensado até o momento da qualificação era propor a utilização de abordagem do Ciclo de Política de *Ball & Bowe* (1992), que se constituía em um referencial analítico útil e que permitiria uma análise crítica e contextualizada de programas e políticas educacionais, desde a sua formulação até a sua implementação no contexto prático, bem como os seus resultados/efeitos. No entanto, a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo tornou obsoleta a ideia inicial. Nesse sentido, nos é apresentado:

Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. O vírus que desencadeou a atual pandemia foi descoberto em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. O vírus atual faz com que os portadores deles tenham a doença chamada COVID-19. Os coronavírus humanos foram destacados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência da estrutura de seu envelope viral que se assemelha a uma coroa (MACEDO et.al. 2020, p. 01).

A COVID-19, indubitavelmente tem sido o grande problema mundial da contemporaneidade. A organização interna das nossas cidades materializa os problemas estruturais e as contradições do urbanismo neoliberal. As favelas e os bairros populares se constituem como territórios de moradias com habitações precárias, alta densidade populacional e precariedade de infraestrutura urbana e sanitária, além da violência urbana. Esses fatores constituem os fatores que contribuem para que as favelas se tornem as principais áreas afetadas pela COVID-19. Nesses espaços de segregação socioespacial há concentração de pessoas pobres, negras e sulbaternizadas, alheias às medidas de biossegurança.

No âmbito da educação, ao pensar as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, Azevedo e Aguiar (1999) nos elucidam uma questão muito importante em relação à política pública educacional no Brasil: “ainda não consolidado em termos de referenciais analíticos consistentes, e que, de resto, sofre as indefinições resultantes da crise de paradigmas que afeta as

ciências sociais e humanas na contemporaneidade [...]”. Para que isso aconteça, acreditamos ser importante compreender quais são os referenciais teórico-práticos que orientam as modalidades nesse campo, assim como repensar tais aportes a partir de análises sobre as ações concretamente materializadas nos e a partir currículos escolares.

A presente dissertação, em seu objetivo geral, busca trazer a compreensão, a partir da prática desenvolvida na disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena, integrante do currículo escolar nos 6º e 7º anos do ensino fundamental do município de Porto Seguro, como os professores/as interpretam e materializam as leis que inspiraram a criação dessa disciplina.

A partir do objetivo geral, desdobram-se três objetivos específicos: entrevistar os professores e analisar como eles colocam em prática as políticas expressas nas leis 10.639/2003 e 11.635/2008 por meio da disciplina DADI; conhecer os saberes e dificuldades na sala de aula para compreender como se dá uma educação antirracista; à guisa de produto final realizar um curso de formação continuada em Educação para as Relações Étnico Raciais (ERER) para as/os professoras/es do município de Porto Seguro.

O estudo se mostra relevante, pois como nos afirma Silva devemos refletir:

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. Visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia, de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença. [...] O ocultamento da diversidade produz a imagem do brasileiro cordial, que trata a todos com igualdade, ignorando deliberadamente as suas nítidas e contundentes diferenças (SILVA. 2011, p. 26).

Esta dissertação é colocada como um desafio, sobretudo no contexto contemporâneo em que existe um projeto de governo que reforça o racismo, a intolerância, a perseguição, minorias, o sucateamento da educação e, principalmente, cancelam os absurdos que acontecem com a população negra do país.

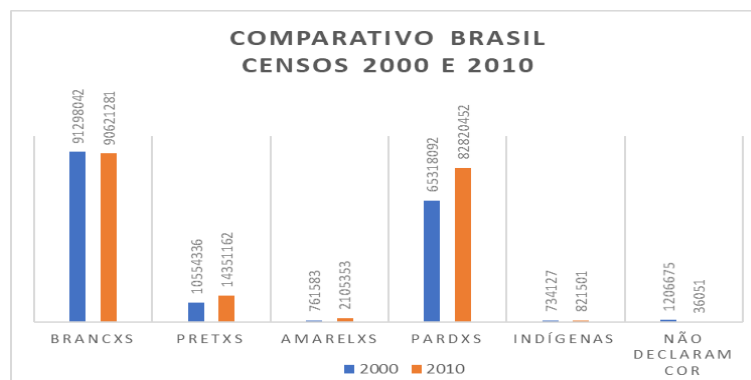
Nesse intento, temos algumas declarações do (des)governante do país que ilustram esse complexo:

“Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos. Como eles conseguem ter 13% do território nacional” (Campo Grande News, 2015, MS).

“Pode ter certeza que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.” (Estadão, 2017).

São esses discursos que chancelam essa característica racista, fundamentalista religiosa cristã, muitas vezes, LGBTfóbica, misógina e preconceituosa. Os censos dos anos de 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são importantes instrumentos de análises para compreender a importância dos estudos acerca da origem e cultura africana, pois, mediante esses processos de luta e combate ao racismo a população se reconhece e se identifica como pretos/as e pardos. A população brasileira em 2000 era constituída por 169.872.856 habitantes, sendo: 91.298.042 autodeclarados brancos/as, 10.554.336 pretos/as, 761.583 amarelos/as, 65.318.092 pardos/as, 734.127 indígenas e 1.206.675 não declararam cor. Seguindo esses dados, a população brasileira em 2010 se totaliza em 190.755.799 habitantes, sendo: 90.621.281 autodeclarados brancos/as, 14.351.162 pretos/as, 2.105.353 amarelos/as, 82.820.452 pardos/as, 821.501 indígenas e 36.051 não declararam cor.

Comparativos entre os censos de 2000 e 2010 do Brasil

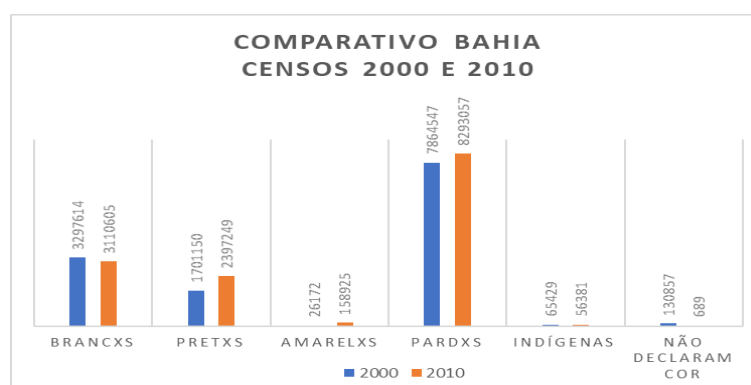


Fonte: IBGE (2000, 2010) – Construído pelo autor (2020).

Em uma análise superficial, pode-se dizer que a população cresceu 12,29%. A declaração em relação a raça/cor teve retração de 0,74% brancos/as e 334,7% não declaram cor, por outro lado, houve o crescimento de 35,97% pretos/as, 176,44% amarelos/as, 26,79% pardos/as e 11,9% indígenas.

No Estado da Bahia, no censo de 2000, o IBGE constatou uma população de 13.085.769 pessoas, sendo: 3.297.614 brancos/as, 1.701.150 pretos/as, 26.172 amarelos/as, 7.864.547 pardos/as, 65.429 indígenas e 130.857 não declararam cor. Em relação ao censo de 2010, a população totalizou em 14.016.906 habitantes, assim distribuídas: 3.110.605 brancos/as, 2.397.249 pretos/as, 158.925 amarelos/as, 8.293.057 pardos/as, 56.381 indígenas e 689 não declararam cor.

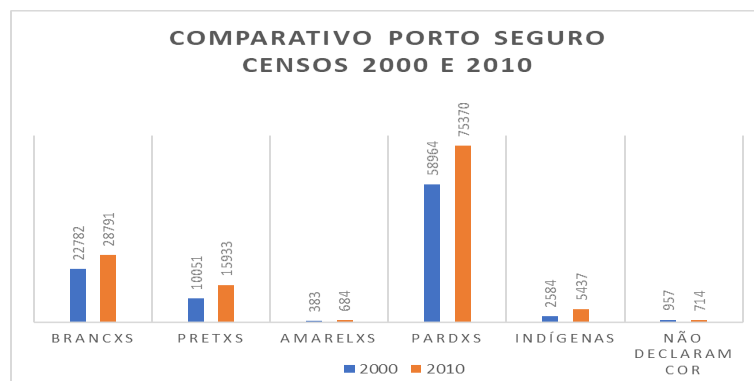
Comparativos entre os censos de 2000 e 2010 na Bahia



Fonte: IBGE (2000,2010) – Construído pelo autor (2020).

Em Porto Seguro, verificou-se em 2000 uma população de 95.721 habitantes, divididos em: 22.782 brancos/as, 10.051 pretos/as, 383 amarelos/as, 58.964 pardos/as, 2.584 indígenas e 957 não declararam cor. Por último, no censo de 2010, pôde-se constatar uma população de 126.929 habitantes, distribuídos em: 28.791 brancos/as, 15.933 pretos/as, 684 amarelos/as, 75.370 pardos/as, 5.437 indígenas e 714 não declararam cor.

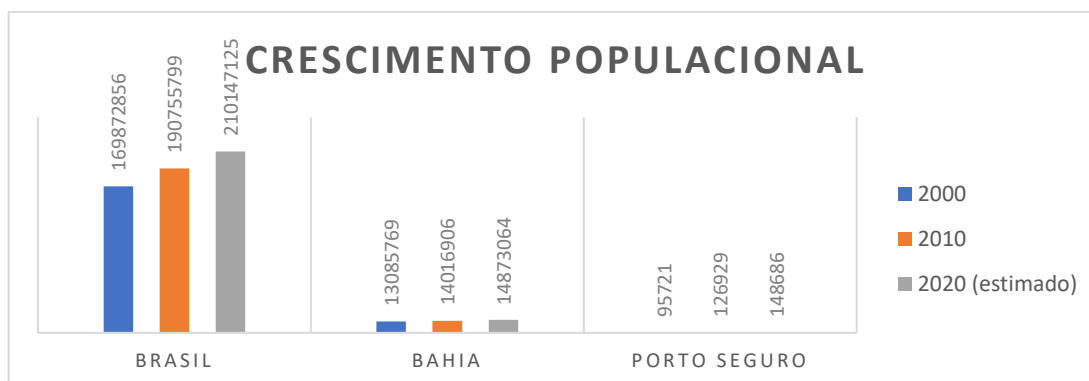
Comparativos entre os censos de 2000 e 2010 em Porto Seguro



Fonte: IBGE (2000, 2010) – Construído pelo autor (2020).

Outro fato importante, diz respeito ao crescimento populacional estimado pelo IBGE, o qual a população do Brasil estaria em torno de 210.147.125 habitantes. No Estado da Bahia soma-se um total de 14.873.064 habitantes e no município de Porto Seguro 148.686 habitantes.

Crescimento populacional do Brasil, da Bahia e Porto Seguro



Fonte: IBGE (2000, 2010) – Construído pelo autor (2020).

É mister salientar que a crescente declaração de cor de 2000 para 2010, se dá pelo processo de identificação e reconhecimento da população preta e parda, tendo em vista a luta do Movimento Negro que surge no país ainda no período da escravização, lutando especialmente para defender a população negra das injustiças e das violências praticadas contra eles. Coadunado a esse viés, Gomes afirma que:

Estes grupos (dentre eles Movimento Negro) partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade (GOMES, 2011, p. 96).

O Movimento Negro e Indígena, têm lutado diariamente no combate e enfrentamento ao racismo, pelo respeito aos direitos civis da população negra e indígena cotidianamente atacada pelas políticas de Estado, que, por muitas vezes, promove uma prática racista, xenofóbica, LGBTfóbica e misógina, indo em direção contrária aos princípios constitucionais brasileiros. Para corroborar tal fato, o IBGE, em 2019, nos revela os seguintes dados:

- A cada 3 assassinatos no Brasil, 2 são de jovens negros, com idades entre 15 e 24 anos;
- Apesar de a população negra representar cerca de dois terços de todos os cidadãos economicamente ativos no Brasil, os negros permanecem relegados a serviços de base, com salários menores. Na média do país, cerca de 60% dos desempregados são negros;
- A população negra corresponde à maioria (78,9%) da parcela dos 10% de indivíduos com maiores chances de serem vítimas de assassinatos;
- Mulheres negras são as mais vitimadas nos casos de violência doméstica (58,68%), violência obstétrica (65,4%) e mortalidade materna (53,6%);
- Apenas 10% dos livros publicados de 1965 a 2014 foram escritos por autores negros. Além disso, 60% dos protagonistas são homens e 80% são brancos.

É também por meio dessas informações e das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que se faz necessário repensar o papel da escola, que tem por missão tensionar e fissurar as estruturas sociais em uma prática equânime e igualitária de direitos (MACEDO et al., 2019). Ao pensar esse espaço educativo é relevante refletir o papel desempenhado pelas políticas públicas, como elas se relacionam e se consolidam:

No espaço escolar essa lei deve estar comboiada de políticas que gerem a discussão sobre os temas raciais, na escola, no bairro, no município, no país e no mundo. Devemos atentar para o fato de a lei vir para tentar estancar a sangria do racismo e esse não está presente apenas no espaço escolar, mas é vinculado em toda a sociedade (MACEDO et al. 2019, p. 207).

Para que isso aconteça é necessária a formação contínua e desejo de mudança do corpo que compõe as escolas e espaços das instituições sociais,

que em sua maioria se constitui de pretos/as, pardos/as e periféricos. Segundo Mainardes (2006, p. 53) “os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas”.

Ao pensar nesses processos de implementação das políticas, que perduram há mais de 15 anos, cujo intuito é (de)colonizar o currículo escolar, se faz necessário refletir acerca das políticas curriculares que estão pautadas nos saberes dentro das escolas, bem como é preciso repensar os caminhos que levaram a criação da Política Educacional em incluir a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino.

Metodologicamente a dissertação edificada se configura por meio de entrevistas e apresentação dos resultados em um curso de formação continuada aos professores da rede municipal de Porto Seguro. Dividida em 04 capítulos, a presente dissertação pretende aguçar o olhar daquele que lê para compreender os fatos históricos, políticos e sociais que demarcam nitidamente o percurso que daquilo que foi feito e do que há de se fazer para a consolidação da Educação para as Relações Étnico-Raciais no município de Porto Seguro, na Bahia e no restante do Brasil.

CARNAVAL NA BAHIA ⁴

Porto Seguro, cidade primaz da invasão portuguesa da terra que se chamaria Brasil, se remonta a partir da chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500, cercada pelas dúvidas do manuscrito *Esmeraldo de situ orbis*, no qual há indícios da chegada de Duarte Pacheco em 1498 em terras brasileiras, que, por hora, é uma incógnita que precisa ser revelada e estudada nas escolas de história do Brasil.

Foi em 27 de maio de 1534, na Carta Régia, que se criou a vila de Porto Seguro, e, quase 250 anos depois, em 02 de dezembro de 1975, por meio de alvará, é criado o distrito de Santa Cruz. Anos mais tarde, desmembra-se o distrito de Santa Cruz, da vila de Porto Seguro, tornando-as duas vilas, datadas em 29 de novembro de 1832. Por fim, através do Ato nº 499 de 30 de junho de 1981, a vila de Porto Seguro é elevada a condição de cidade, que até a presente data possui cinco distritos: Porto Seguro, Arraial D'Ajuda, Caraíva, Trancoso e Vale Verde.

Vale salientar que o município de Porto Seguro pertence ao Território de Identidade Costa do Descobrimento, e em 2010, de acordo com o IBGE no último censo, tinha a população de 126.929 habitantes, constituído inicialmente 49,99% de mulheres e 50,01% de homens. Da sua população, cerca de 104.078 habitantes vivem em zona urbana e 22.851 na zona rural.

Em relação a religião e religiosidade, a cidade de Porto Seguro, de acordo com o IBGE (2010), se declara: 18,7% sem religião; 0,1% Budista; 0,1% Candomblé; 0,3% Católica Apostólica Brasileira; 45,5% Católica Apostólica Romana; 1,4% Espírita; 0,1% Espiritualista; 29,2% Evangélica; 0,02% Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; 0,02% Islâmicos; 0,1% Judeu; 2,1% Testemunhas de Jeová; 0,1% Umbandistas e 2,4% não sabe ou não respondeu.

⁴ Título se refere a Porto Seguro e suas escolas, lugar de onde pesquisa.

A Educação em Porto Seguro

A prefeitura do município de Porto Seguro, por meio da Secretaria Municipal de Educação, garante inicialmente acesso à educação em 104 instituições de ensino divididas em Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os grandes blocos são divididos em: Sede, Arraial, Vale Verde, Frei Calixto (Baianão), Paraguai, Vila Jardim, Vila Vitória, Mirante, Cambolo, Vera Cruz, Pindorama, Trancoso, Caraíva, Itaporanga, Meio Campo e Indígenas.

Das modalidades de ensino ofertadas no município de Porto Seguro, temos a **Educação Infantil**, que é a primeira etapa da educação básica, oferecida em creches, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para as crianças de 4 a 5 anos de idade. O **Ensino Fundamental**, que é uma das etapas da educação básica brasileira que tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre 6 e 14 anos. E a **Educação de Jovens e Adultos**, modalidade essa, que é destinada àquelas/es que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio no tempo desejado tendo em vista que, muitos tiveram que deixar o tempo para estudar para trabalhar pois eram esteio da família.

Instituições que ofertam Educação Infantil em Porto Seguro

Educação Infantil

CRECHE ESCOLA SÃO SEBASTÃO	ESCOLINHA DA FRATERNIDADE BERTINHO BRITO	CRECHE ROSA CRISTINA ALVES CARDOSO	ESCOLA MUNICIPAL SÃO MIGUEL	ESCOLA MUNICIPAL HANNA	ESCOLA PERO DE CAMPOS TOURINHO	ESCOLA MUNICIPAL VALDIVIO COSTA
ESCOLA INFANTIL ISIDÓRIO PEREIRA	ESCOLA MUNICIPAL ZECA PASSADOR	ESCOLA MANOEL RIBEIRO CARNEIRO	CRECHE MUNICIPAL LAR AMOR À CRIANÇA	ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL CANTINHO DA PAZ	ESCOLA VITÓRIA PARQUE	CRECHE ESCOLAR MUNICIPAL PROF. MAZONIEL SANTOS MACEDO
ESCOLA TIO PATINHAS	PRÉ-ESCOLA ARRAIAL D'AJUDA	ESCOLA MUNICIPAL JOANA MOURA	ESCOLA INFANTIL ARACY ALVES PINTO	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE	CRECHE TERRA MATTER	CENTRO COMUNITÁRIO CASA DO AMOR
ESCOLA ALBERTINA FIOROTTI MOREIRA	CENTRO EDUCACIONAL JARDIM DA INFÂNCIA	ESCOLA MUNICIPAL CORUJINHA FELIZ	ESCOLA CHICO LAGE	ESCOLA TIRADENTES	CENTRO EDUCACIONAL ZAIDY BARRETO	CRECHE RECANTO DE APOIO CRIANÇA FELIZ
ESCOLA HELENA REBOCHO	ESCOLA MUNICIPAL NOVO TRIUNFO	ESCOLA MUNICIPAL BALÃO MÁGICO	ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRUZ DE MALTA	ESCOLA PROFESSORA RAYDAHLIA BITTENCOURT DE OLIVEIRA	CRECHE COMUNITARIA EBENEZER	ESCOLA SANTA GALO
ESCOLA MUNICIPAL DE SAPIRARA	ESCOLA MUNICIPAL DE CARAÍVA	ESCOLA SANTO ANTÔNIO	ESCOLA MUNICIPAL ARCHIMEDES ERNESTO DA SILVA	ESCOLA JOSÉ FRANCISCO ASSUNÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL FRUTOS DA TERRA	ESCOLA MUNICIPAL PROJETO MANGABEIRA
ESCOLA ALEGRIA DO SABER	ESCOLA PROF. CONCEIÇÃO VALIENSE	INSTITUTO RENASCER DE ITAPORANGA	ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE MAIO	ESCOLA MUNICIPAL CAMINHO DA ESPERANÇA	ESCOLA MUNICIPAL MORRO ALTO	ESCOLA MUNICIPAL SÃO GERALDO
ESCOLA PALESTINA	ESCOLA SANTA MARIA	ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BOCA DA MATA	CAMPO DO BOI	JUERANA	MIRAPÊ	TINGUI DO GUAXUMA
ESCOLA RUI BARBOSA	ESCOLA INDÍGENA BARRA VELHA	ALDEIA NOVA	CASSIANA	MEIO DA MATA	PÊ DO MONTE	XANDO
	ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ ALDEIA VELHA	BUGIGÃO	IMBIRIBA	NOVA ESPERANÇA		

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019) – Tabela elaborada pelo autor (2020).

Instituições que ofertam Ensino Fundamental em Porto Seguro

Ensino Fundamental

COLÉGIO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO	COLÉGIO MUNICIPAL GOVERNADOR CÉSAR BORGES	ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA	COLÉGIO MUNICIPAL BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	ESCOLA FREI MIGUEL GAGLIARD	ESCOLA MUNICIPAL DO ARRAIAL D'AJUDA	PRÉ-ESCOLA ARRAIAL D'AJUDA	ESCOLA SANTA GALO
ESCOLA MUNICIPAL SÃO PEDRO	ESCOLA MANOEL RIBEIRO CARNEIRO	ESCOLA MUNICIPAL JOANA MOURA	ESCOLA MUNICIPAL SÃO MIGUEL	CENTRO EDUCACIONAL CRIANÇA ESPERANÇA	CENTRO EDUCACIONAL SONHO DE CRIANÇA	COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR ALVARO HENRIQUE DOS SANTOS	ESCOLA MUNICIPAL DE SAPIRARA
ESCOLA INFANTIL ARACY ALVES PINTO	ESCOLA JARDIM DO EDEN	ESCOLA MONTEIRO LOBATO	ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR PAULO SOUTO	ESCOLA MUNICIPAL HANNA	ESCOLA MUNICIPAL INFANTIL PAULO CANTINHO DA PAZ	ESCOLA MUNICIPAL PAULO FREIRE	ESCOLA ALEGRIA DO SABER
ESCOLA NEILTON DANTAS	ESCOLA PERO DE CAMPOS TOURINHO	ESCOLA VITÓRIA PARQUE	EDUCANDÁRIO PERO VAZ DE CAMINHA	ESCOLA MUNICIPAL VALDIVIO COSTA	ESCOLA OSCAR OLIVEIRA SILVA	ESCOLA MUNICIPAL PROFº JUAREZ SOARES DE OLIVEIRA	ESCOLA MUNICIPAL DE CARAÍVA
ESCOLA MUNICIPAL PROFª TEREZINHA DA CONCEIÇÃO SAMPAIO VIEIRA	ESCOLA ALBERTINA FIOROTTI MOREIRA	ESCOLA HELENA REBOCHO	CENTRO EDUCACIONAL JARDIM DA INFÂNCIA	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO CARLOS MATTOS DE PAULA	ESCOLA CHICO MENDES	ESCOLA MUNICIPAL CORUJINHA FELIZ	ESCOLA ENGº BERNARDO SAYÃO
ESCOLA PREFEITO MANOEL CARNEIRO	ESCOLA ANTÔNIO OSÓRIO MENEZES BATISTA	ESCOLA MUNICIPAL ADÃO GRACA DE OLIVEIRA	ESCOLA MUNICIPAL BALÃO MÁGICO	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMBOLO	ESCOLA ALCIDES FAUSTINO DOS SANTOS	ESCOLA TIRADENTES	ESCOLA PROFª CONCEIÇÃO VALIENSE
ESCOLA PROFESSORA RAYDAHIA BITTENCOURT DE OLIVEIRA	CENTRO EDUCACIONAL ZAIDY BARRETO	CRECHE COMUNITÁRIA EBENEZER	CRECHE RECANTO DE APOIO CRIANÇA FELIZ	ESCOLA HIGINA CRISTO OLIVEIRA	ESCOLA MARIA DOS ANJOS	ESCOLA MUNICIPAL HONORINA PASSOS	ESCOLA SÃO JOÃO BATISTA
ESCOLA MARIA LÚCIA WESTPHAL SANTANA	ESCOLA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	ESCOLA MUNICIPAL ARCHIMEDES ERNESTO DA SILVA	ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE MAIO	ESCOLA JOSÉ FRANCISCO ASSUNÇÃO	ESCOLA MUNICIPAL CAMINHO DA ESPERANÇA	ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ESTRELA	ESCOLA MUNICIPAL FRUTOS DA TERRA
ESCOLA MUNICIPAL MORRO ALTO	ESCOLA MUNICIPAL PROJETO MANGABEIRA	ESCOLA MUNICIPAL SÃO GERALDO	ESCOLA PALESTINA	ESCOLA QUINZE DE AGOSTO	ESCOLA RUI BARBOSA	ESCOLA SANTA MARIA	ESCOLA INDÍGENA BARRA VELHA
ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ ALDEIA VELHA	ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BOCA DA MATA	BUGIGÃO	ALDEIA NOVA	CAMPO DO BOI	CASSIANA	IMBIRIBA	JAQUEIRA
JITAI	JUERANA	MEIO DA MATA	NOVA ESPERANÇA	PÊ DO MONTE	TINGUI DO GUAXUMA	TUPINIQUINS	XANDO

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019) – Tabela elaborada pelo autor (2020).

Instituições que ofertam Educação de Jovens e Adultos em de Porto Seguro

Educação de Jovens e Adultos

COLÉGIO MUNICIPAL DE PORTO SEGURO	ESCOLA MUNICIPAL PADRE JOSÉ DE ANCHIETA	COLÉGIO MUNICIPAL BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR ALVARO HENRIQUE DOS SANTOS	ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR PAULO SOUTO	EDUCANDARIO PERO VAZ DE CAMINHA	ESCOLA HELENA REBOCHO
ESCOLA CHICO MENDES	ESCOLA MUNICIPAL DO CAMBOLO	ESCOLA ALCIDES FAUSTINO DOS SANTOS	ESCOLA PROFESSORA RAYDAHIA BITTENCOURT DE OLIVEIRA	ESCOLA MUNICIPAL HONORINA PASSOS	ESCOLA SANTA GALO	ESCOLA MUNICIPAL DE SAPIRARA
ESCOLA ALEGRIA DO SABER	ESCOLA MARIA LÚCIA WESTPHAL SANTANA	ESCOLA MUNICIPAL DOIS DE MAIO	ESCOLA MUNICIPAL CAMINHO DA ESPERANÇA.	JUERANA	NOVA ESPERANÇA	MIRAPÉ

26

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019) – Construído pelo autor (2020).

Ao trazer os dados da Educação de Porto Seguro, analisamos que, existem escolas que ofertam múltiplas modalidades e níveis de ensino no mesmo espaço e 15 escolas com turmas multisseriadas e multi-etapas.

Na Educação Infantil, 18 instituições atendem a modalidade Creche nível de ensino e 64 a modalidade Pré-escola nível de ensino. Na modalidade do Ensino Fundamental, 80 instituições atendem os anos iniciais e 36 os anos finais. Por fim, 21 escolas ofertam a Educação de Jovens e Adultos.

Sobre as avaliações externas, o município participou e participa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que se trata de uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), para obter o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo este um indicador que mede o fluxo escolar e as médias de desempenho na avaliação SAEB. As avaliações são aplicadas nas

seguintes séries/anos: 4ª série (5º ano) EF, 8ª série (9º ano) EF e 3ª série do Ensino Médio. A seguir trazemos as metas projetadas para o município, bem como as avaliações desde o ano de 2005.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Porto Seguro

4ª série / 5º ano		
	Meta Projetada	IDEB Observado
2005	-	3,1
2007	3,1	3,2
2009	3,4	3,4
2011	3,9	3,9
2013	4,1	4,2
2015	4,4	4,4
2017	4,7	4,5
2019	5,0	-
8ª série/9º ano		
	Meta Projetada	IDEB Observado
2005		2,8
2007	2,8	3,1
2009	3,0	3,0
2011	3,3	3,2
2013	3,7	3,1
2015	4,0	3,5
2017	4,3	3,4
2019	4,6	-

Fonte: MEC - INEP (2020) – Tabela elaborada pelo autor (2020).

Por fim, cabe avaliar, no percurso das metas projetadas e do IDEB alcançado, que o município de Porto Seguro, alcança a meta projetada no ano de 2017, no que se refere às avaliações de 4ª série (5º ano). Diferente disso, nos anos de 2007 e 2009, as avaliações do IDEB de 8ª série (9º ano), obtém a meta projetada pelo MEC.

DANÇAR AO NEGRO TOQUE DO AGOGÔ ⁵

De tal modo como os demais municípios da unidade Federativa do Brasil, Porto Seguro deve seguir e aplicar as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, e foi em 2007, por meio do Instituto Sociocultural Brasil Chama África (ISBCA), que o Movimento Negro, começou as lutas em prol de uma Política de Promoção da Igualdade Racial.

O Instituto Sociocultural Brasil Chama África, de acordo com seu estatuto, foi fundado em 09 de janeiro de 2007, e é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial, social, filantrópico, educativo, cultural e ambiental, de duração por tempo indeterminado. E tem como principal finalidade “o desenvolvimento e fortalecimento da cultura afrodescendente, através da prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para a promoção étnico-cultural afrodescendente, no Território Brasileiro e internacional, com intuito de melhorar as condições de vida de seus integrantes e da comunidade afrodescendente como um todo, em consonância com a preservação do patrimônio natural, histórico, social e cultural.”

Além dos marcos políticos na cidade de Porto Seguro - BA, o ISBCA trouxe a rua no Carnaval a partir de 2009, o Bloco Afro Brasil Chama África, para uma intervenção constante e efetiva na valorização da presença africana na formação da identidade nacional e na articulação para proveito das políticas públicas nas ações afirmativas da promoção da Igualdade Racial.

Desde a sua fundação o ISBCA, busca e desenvolve ações e programas que ajudaram e ajudam na efetivação de uma Política da Igualdade Racial em Porto Seguro, atuando na educação, na saúde, no turismo e lazer entre outros aspectos que são necessários intervir para Promoção da Igualdade Racial.

E foi através da Lei Municipal nº 680 de 15 de maio de 2007, fruto da luta do ISBCA, que foi criado o Conselho Municipal de Promoção da

⁵ Caracteriza o título A DISCIPLINA DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA (DADI) DO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO DE 2007- 2020

Igualdade Racial, no qual se apresentou para a gestão municipal a necessidade de ter um plano de educação voltado para população negra.

Também no ano de 2007, o município de Porto Seguro começou a fazer parte do Fórum de Gestores, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, iniciando os debates e discussões da questão. De acordo com o Plano Municipal de Educação – PME de Porto Seguro (2015-2025), foi em 2007 que a EREER, tomou novos rumos para atender a demanda da Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 no Ensino Fundamental (anos finais).

Sendo assim, por meio de busca a documentos oficiais junto à Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (SEDUC - PMPS) e ao Conselho Municipal de Educação (CME) , tomamos como ponto de partida os documentos: Resolução CME nº 19/2007, Resolução CME nº 38/2010, Resolução CME nº 41/2012, Resolução CME nº 118/2019, Ofício SEDUC nº 674/2020 e Ofício SEDUC nº 08/2021.

Os documentos supramencionados fazem parte de todo o montante que busca de certa forma materializar as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tange no ensino obrigatório de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena nas escolas municipais de Porto Seguro.

Resolução CME nº 19/2007

A resolução se consolida como parte da estratégia, e foi criada a disciplina Diversidade Afrodescendente (DA), por meio da Resolução cuja proposta inicial foi discutir uma disciplina transversal, que dialogasse com as premissas legais das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, porém para cumprir tal requisito da obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena.

A resolução em suma, dispõe sobre a ampliação do Ensino Fundamental para 9 (nove) anos e dá outras providências. O que nos cabe pontuar para essa escrita é que parte da resolução está cumprindo inicialmente de acordo com o Art. 8º, o que predispõe no Art. 32 da Lei 9.394/1996 retificada pela Lei nº 11.274 de 2006 que assim expõe:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Seguindo, nas formas que cabe às outras providências, por meio do Art. 14 da Resolução CME nº 19/2007, que fica desenhada as Matrizes curriculares no sistema de ensino municipal, em que é instituída a Disciplina Diversidade Afrodescendente (DA). Como vemos no quadro a seguir a Matriz Curricular do Ensino Fundamental II se constitui da seguinte forma no município de Porto Seguro.

Matriz curricular Ensino Fundamental II - 2007

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO								
COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA	05	200	05	200	05	200	05	200
MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
CIÊNCIAS	03	120	03	120	03	120	03	120
GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
INGLÊS	02	80	02	80	02	80	02	80
EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	01	40	01	40	-	-	-	-
TURISMO	-	-	-	-	01	40	01	40
DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL	23	920	23	920	23	920	23	920

Legenda: CH SEM (Carga horária semanal), CH ANUAL (Carga horária anual). Fonte: CME, 2007.

Cabe a observação na Matriz Curricular que a disciplina Diversidade Afrodescendente cumpre seu papel na época que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", de certa forma, aplicando assim a Lei 10.639/2003.

Resolução CME nº 38/2010

Anos após a criação da disciplina Diversidade Afrodescendente, e após a alteração da Lei nº 10.639/2003 pela Lei nº 11.645/2008, a disciplina toma novo rumo, sendo regulamentada pela Resolução CME nº 38 art. 1º, em 2010; e é redesignada Diversidade Afrodescendente e Indígena (DADI) em que foi renomeado e inserido as discussões na temática Indígena que estava segregada. Configurando assim a Matriz Curricular a seguir:

Matriz curricular Ensino Fundamental II - 2010

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO								
COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA	05	200	05	200	05	200	05	200
MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
CIÊNCIAS	03	120	03	120	03	120	03	120
GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
INGLÊS	02	80	02	80	02	80	02	80
EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	01	40	01	40	-	-	-	-
TURISMO	-	-	-	-	01	40	01	40
DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL	23	920	23	920	23	920	23	920

Legenda: CH SEM (Carga horária semanal), CH ANUAL (Carga horária anual). Fonte: CME, 2010.

Novamente por exigência legal, a Matriz Curricular contempla a disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena (DADI) cumpre seu desempenho no intuito de que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Resolução CME nº 41/2012

No ano de 2012, a resolução nº 41, vem por meio da Secretaria Municipal de Educação, professoras, professores, pesquisadores e estudiosos reuniram-se para organizar e apresentar um documento único para subsidiar a prática docente da disciplina DADI. Estabelecendo, assim, uma base comum a todas as escolas da rede municipal de Porto Seguro. Vale salientar que a presente resolução organiza os componentes obrigatórios em áreas do conhecimento sendo elas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Em relação a Matriz homologada em 19/12/2012, há a exclusão da disciplina Turismo, e adiciona junto as áreas do conhecimento disciplinas consideradas Parte Diversificada. Conformando assim a Matriz Curricular a seguir.

Matriz curricular Ensino Fundamental II - 2012

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO									
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
Linguagens	LÍNGUA PORTUGUESA	05	200	05	200	05	200	05	200
	INGLÊS	02	80	02	80	02	80	02	80
	ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
Matemática	MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
Ciências da Natureza	CIÊNCIAS DA NATUREZA	03	120	03	120	03	120	03	120
Ciências Humanas	HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
Parte Diversificada	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	01	40	01	40	01	40	01	40
	DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL		23	920	23	920	23	920	23	920

Observação: Os conteúdos referentes à História da África e Culturas Afrodescendente e Indígena serão desenvolvidos por todos os componentes curriculares, especialmente em História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa. Fonte: CME, 2012.

Nos documentos utilizados na análise documental, pude constatar que nessa resolução há uma parte que se refere às escolas indígenas que vêm adicionando o Componente Curricular: Língua materna para Populações Indígenas, que também contempla a Resolução nº 05 do Conselho Nacional de Educação de 22 de junho de 2012, que assim nos acentua:

Art. 4º Constituem elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

[...] II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

Matriz curricular Ensino Fundamental II – Escolas Indígenas - 2012

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO									
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
Linguagens	LINGUA PORTUGUESA	05	200	05	200	05	200	05	200
	LINGUA MATERNA PARA POPULAÇÕES INDÍGENAS	02	80	02	80	02	80	02	80
	INGLÊS	02	80	02	80	02	80	02	80
	ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
Matemática	MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
Ciências da Natureza	CIÊNCIAS DA NATUREZA	03	120	03	120	03	120	03	120
Ciências Humanas	HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
Parte Diversificada	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	01	40	01	40	01	40	01	40
	DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

Observação: Os conteúdos referentes à História da África e Culturas Afrodescendente e Indígena serão desenvolvidos por todos os componentes curriculares, especialmente em História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa. Fonte: CME, 2012

Resolução CME nº 118/2019

A última resolução do conjunto de evoluções da Matriz Curricular Educacional do município de Porto Seguro apresenta várias mudanças em relação à forma organizacional dos componentes curriculares, tanto na escola regular, quanto na escola indígena. Um dos pontos que quero destacar da resolução são os seguintes:

Art. 1º - [...]

Parágrafo Único – A Disciplina de Língua Portuguesa passa a vigorar com 04 (quatro) aulas semanais, transferindo 01 (uma) aula semanal para a Disciplina da Parte Diversificada Leitura e Produção de Texto.
[...]

Art. 4º - A Disciplina de História de Porto Seguro passa a compor o currículo do 8º e 9º ano com 02 (duas) aulas semanais.

Art. 5º - A Disciplina de Diversidade Afrodescendente e Indígena passa a compor o currículo do 6º e 7º ano com 02 (duas) aulas semanais.
[...]

Art. 7º As alterações estruturais da Resolução CME nº 041/2012 deverão ser efetuadas associando-se à regulamentação da nova Base nacional Comum Curricular – BNCC.

Sendo assim, apresento a proposta curricular vigente, e a Matriz Curricular que acresce as questões voltadas à BNCC, e a Parte Diversificada, bem como a constituição da carga horária semanal de 25 aulas, e anual de 1000 aulas. Cabe salientar que os componentes curriculares são divididos em Eixos Formativos: Base Nacional Comum (BNC) e Parte Diversificada (PD) bem como, Áreas do Conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Áreas do Conhecimento e Eixos Formativos de acordo com os Componentes Curriculares

ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	EIXO FORMATIVO
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	BNC
	Leitura e Produção de Texto	PD
	Língua Estrangeira Moderna (Língua Inglesa)	BNC
	Língua Materna: Patxôã	BNC
	Arte	BNC
	Educação Física	BNC
MATEMÁTICA	Matemática	BNC
CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências da Natureza	BNC
CIÊNCIAS HUMANAS	História	BNC
	Geografia	BNC
	História de Porto Seguro	PD

	Diversidade Afrodescendente e Indígena	PD
	Ensino Religioso	BNC

Fonte: CME, 2019

Tecemos – através da nossa criticidade – ao uso do termo “Língua Estrangeira Moderna” que por via, reforça as características coloniais avigorando que demais línguas estrangeiras podem ser consideradas “não modernas”, A Prof.^a Dr.^a Mariana Fernandes dos Santos elucida que há um “processo colonial e o privilégio do inglês nos currículos”, embora seja uma convenção o termo em diversas matrizes Curriculares, acredito que o termo “Língua Estrangeira” já indicaria o ensino de uma língua não Brasileira.

36

A seguir apresento as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental Anos Finais, do Ensino Regular e da Educação Escolar Indígena, seguindo do currículo da Disciplina DADI em vigência.

Matriz curricular Ensino Fundamental II - 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO									
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
Linguagens	LÍNGUA PORTUGUESA	04	160	04	160	04	160	04	160
	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	02	80	02	80	02	80	02	80
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (LÍNGUA INGLESA)	02	80	02	80	02	80	02	80
	ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
Matemática	MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
Ciências da Natureza	CIÊNCIAS DA NATUREZA	03	120	03	120	03	120	03	120
Ciências Humanas	HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	-	-	-	-	02	80	02	80
	DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA	02	80	02	80	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

Fonte: CME, 2019

Matriz curricular Fundamental II – Escolas Indígenas - 2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ANOS 6º AO 9º ANO									
ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	6º ANO		7º ANO		8º ANO		9º ANO	
		CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL	CH SEM	CH ANUAL
Linguagens	LÍNGUA PORTUGUESA	04	160	04	160	04	160	04	160
	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	01	40	01	40	01	40	01	40
	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (LÍNGUA INGLESA)	01	40	01	40	01	40	01	40
	LÍNGUA MATERNA: PATXORÃ	02	80	02	80	02	80	02	80
	ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40
	EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80
Matemática	MATEMÁTICA	04	160	04	160	04	160	04	160
Ciências da Natureza	CIÊNCIAS DA NATUREZA	03	120	03	120	03	120	03	120
Ciências Humanas	HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80
	HISTÓRIA DE PORTO SEGURO	-	-	-	-	02	80	02	80
	DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA	02	80	02	80	-	-	-	-
	ENSINO RELIGIOSO	01	40	01	40	01	40	01	40
TOTAL		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

Fonte: CME, 2019

De acordo com o Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025, os conteúdos propostos organizam informações amplas por meio de uma constituição antropológica da história, tendo como início a diversidade cultural humana que se alinham especialmente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) relativos à pluralidade cultural das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Sendo assim, o currículo da Disciplina DADI em vigência, se apresenta da seguinte forma:

Currículo da disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena 6º ano do Ensino Fundamental

6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
UNIDADE I
1- Identidade étnica e cultural do Brasil e a as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;
2- A formação da população brasileira (as três matrizes);
3- Dia da mulher: Personalidades femininas negras e indígenas (Beleza feminina e histórias de vida);

- 4- História do 21 de março: Dia internacional contra a discriminação racial (Massacre de Shaperville na África do Sul);
- 5- Povos indígenas em Porto Seguro e região Sul e Extremo Sul da Bahia;
- 6- Os povos indígenas no Brasil: história e contribuições artísticas e culturais, linguagem, etc.;
- 7- Contos indígenas;
- 8- As consequências da inculturação dos indígenas no Brasil (violência e perda da identidade);
- 9- África: O Berço da humanidade;
- 10- Comunidades tradicionais africanas;
- 11- Reinos africanos (KUSH e NUBIA);
- 12- Reflexão sobre 13 de maio: Consequências da abolição.

UNIDADE II

- 1- As Formas de escravidão implantadas no Brasil (indígenas e negros);
- 2- Heranças africanas: contribuições culturais, linguísticas e históricas dos africanos e afro-brasileiros;
- 3- Contos africanos;
- 4- Personalidades negras;
- 5- Negritude e o padrão de beleza difundido no Brasil.
- 6- Quilombos: símbolo de resistência negra no Brasil;
- 7- Comunidades quilombolas do Estado da Bahia. (documentário quilombos da Bahia);
- 8- Zumbi e o quilombo de Palmares;
- 9- 20 de novembro: Sentido e significado da Consciência Negra.

UNIDADE III

- 1- Diversidade cultural brasileira e a Lei 11.645/08;
- 2- 21 de março: Dia internacional de luta contra a discriminação racial (A luta de Nelson Mandela contra o *Apartheid*);
- 3- Dia internacional da mulher: Realidades e desafios das mulheres negras e indígenas;
- 4- Ancestrais dos indígenas: Pré-cabralianos: Tupi-guarani e Tapuia.
- 5- Povos indígenas: Problemas e Conquistas (violência, inculturação, conflitos por terras);
- 6- Conhecendo o continente africano: Principais características da África atual: (Riquezas naturais, paisagens, países, Religiosidade, principais problemas).;
- 7- Comunidades tradicionais africanas: Reinos Mali e Congo;
- 8- Reflexão sobre 13 de maio: Lutas/ resistência e heróis da abolição.

UNIDADE IV

- 1- A África de ontem: comunidades tradicionais africanas;
- 2- Cultura afro-brasileira e seus elementos;
- 3- Resistência negra no Brasil: revolta dos Malês;
- 4- Tipos de preconceitos (racial, social, religioso, gênero, etc).
- 5- Negritude e cidadania;
- 6- Igualdade Racial;
- 7- Zumbi e Dandara dos Palmares: (sugestão de trabalhar outras personalidades negras) -Trabalhar o cordel de Jarid Arraes;
- 8- Consciência Negra.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (2020) – Construído pelo autor (2020).

Currículo da disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena 7º ano do Ensino Fundamental

7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
UNIDADE I
1- A Lei 11.645/08 (criação importância) e a diversidade étnico-racial brasileira; 2- Identidade e autoestima, identidade étnico-racial; 3- Violência contra mulheres negras e indígenas brasileiras; 4- Dia Internacional de luta contra a discriminação racial (21 de março); 5- Índio brasileiro: passado e presente, contos e lendas; 6- Indígenas na Bahia: principais etnias, localização, modo de vida, problemas e conquistas curiosidades; 7- Resistência indígena: Confederação dos Tamoios e a Revolta do Nordeste Indígena (1712- Nação Cariri); 8- Ressignificação do 13 de maio: Dia Nacional de luta contra o racismo. População Negra Brasileira; 9- O cidadão brasileiro e o respeito às diferenças.
UNIDADE II
1- Continente Africano: mapa político e principais características; 2- Africanos no Brasil: Dominação, Resistência, Revolta da Chibata, a Sabinada e a Conjuração Baiana; 3- Reinos Africanos: Monomotapa, Zimbábue, Luba, Lunda e etc.; 4- Personalidades Negras. 5- Cultura afro-brasileira. Manifestações culturais afro-brasileiras; 6- Diversidade Cultural; 7- Igualdade de Direitos; 8- Dia da Consciência Negra.
UNIDADE III
1- Por que ensinar relações étnicas raciais nas escolas brasileiras? As Leis 10.639/03 e 11.645/08; 2- O mito da democracia racial brasileira e a construção da identidade étnico-racial; 3- História da cultura afro brasileira: povos africanos que foram trazidos para o Brasil, resistência e quilombolas); 4- Dia Internacional de luta contra a discriminação racial (21 de maio). 5- Índios brasileiros da contemporaneidade: • Quantidade e localização das principais etnias. • História e cultura de cada etnia. • Principais problemas e conquistas na atualidade. • Índios e tecnologia; 6- Direitos e etnocentrismo indígena; 7- Troncos linguísticos indígenas: Tronco Tupi e Tronco Macro-Jê, etc; 8- Cultura Indígena.
UNIDADE IV

- 1- Cidadania e Direitos Humanos e questões de gênero;
- 2- O imperialismo em terras africanas e as teorias racistas do século XIX;
- 3- A África entre os séculos XVI e XIX e na atualidade;
- 4- O Movimento Negro no Brasil a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental.
- 5- Ações de empoderamento negro no Brasil e no mundo;
- 6- Ações afirmativas;
- 7- Resistência Cultural Afro-brasileira: Religiosidade e processo cultural:
 - Papel do candomblé e da umbanda na formação da religiosidade afro-brasileira;
 - Sincretismo religioso;
 - Depreciação da cultura e religiosidade afro-brasileira;
- 8- Dia da Consciência Negra.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (2020) – Construído pelo autor (2020).

Vale salientar que compreendemos ser necessário o acréscimo junto à proposta apresentado a disposição sugestiva de materiais que deem suportam pedagogicamente às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 que endossam a nossa formalização.

Sugestão de materiais:

MATERIAL	AUTOR/A
A COR DO PRECONCEITO	Vera Vilhena; Carmem Lúcia Campos; Sueli Carneiro.
A COR DA TERNURA	Geni Guimarães
A GINGA DA RAINHA	Iris Amâncio
A MENINA TRANSPARENTE	Elisa Lucinda
A OVELHA NEGRA	Bernardo Aibê
A SEMENTE QUE VEIO DA ÁFRICA	Heloísa Pires Lima
ANA E ANA	Célia Godoy
AS GUELEDÉS	Raul Lody
AS TRANÇAS DE BINTOU	Sylviane Diouf
BERIMBAU	Raquel Coelho
BETINA	Nilma Lino Gomes
BICHOS DA ÁFRICA (I, II, III E IV).	Rogério Andrade Barbosa
BRUNA E A GALINHA D' ANGOLA	Gercilda De Almeida
BRUNO ZUMBI	Ângela Cristina Marques
CAMILA E SEUS AMIGOS	Aline De Pétigny
CHUVA DE MANGA	James Rumford
COLEÇÃO GRIOT MIRIM (MENINAS NEGRAS. KOUMBA E O TAMBOR DIAMBÊ; QUE COR É A MINHA COR? MÃE DINHA – LIVRO DO	Madu Costa; Martha Rodrigues; Mara Evaristo.

PROFESSOR.	
COLEÇÃO OLERÊ (O CONGADO PARA CRIANÇAS)	Edmilson A. Pereira
COMO AS HISTÓRIAS SE ESPALHARAM PELO MUNDO	Rogério Andrade Barbosa
COMO É BONITO O PÉ DE IGOR	Sonia Rosa
CONTOS AFRICANOS PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS	Rogério Andrade Barbosa
CONTOS E LENDAS DA ÁFRICA	Yves Pinguilly
CRIANÇAS COMO VOCÊ	Barnabas Kindersley; Anabel Kindersley.
DO OUTRO LADO TEM SEGREDOS	Ana Maria Machado
DOCE PRINCESA NEGRA	Solange Azevedo Cianni
DUULA, A MULHER CANIBAL	Rogério Andrade Barbosa
FELICIDADE NÃO TEM COR	Júlio Emílio Braz
FICA COMIGO	Georgina Martins
FOLCLORE POÉTICO (EM POMPEU)	Edmáia Faria
GOSTO DE ÁFRICA: HISTÓRIAS DE LÁ E DAQUI	Joel Rufino dos Santos
HISTÓRIAS AFRICANAS PARA CONTAR E RECONTAR	Rogério Andrade Barbosa
HISTÓRIA CABELUDA	Maria Lúcia Mott Galasso
HISTÓRIA DE ÍNDIO	-
HISTÓRIAS DA PRETA	Heloísa Pires
IFÁ, O ADVIVINHO	Reginaldo Prandi
INÃ, O HERÓI DE SEU POVO	Gercilda De Almeida
INÃ, MENINO CARAJÁ	Gercilda De Almeida
LENDAS DA ÁFRICA	Júlio Emílio Braz
LENDAS E MITOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS	Walde-Mar de Andrade e Silva
LENDAS DA ÁFRICA MODERNA	Heloísa Pires Lima; Rosa Maria Tavares Andrade.
LENDAS NEGRAS	Júlio Emílio Braz
LUANA- A MENINA QUE VIU O BRASIL NENÉM	Aroldo Macedo
LUANA CAPOEIRA E LIBERDADE	Aroldo Macedo; Oswaldo Faustino.
LUANA, AS SEMENTES DE ZUMBI	Aroldo Macedo; Oswaldo Faustino.
MÃE ÁFRICA – MITOS, LENDAS, FÁBULAS E CONTOS	Celso Sisto
MARIPOSA OU BORBOLETA?	Ana Dalva Pardo
MINHA FAMÍLIA É COLORIDA	Georgina Martins
MINHA MÃE É NEGRA SIM!	Patrícia Santana

NA COR DA PELE	Júlio Emílio Braz
NA TERRA DOS ORIXÁS	Ganymêdes José
NEGRO: RECONSTRUINDO NOSSA HISTÓRIA	Nancy Caruso Ventura
NINGUÉM É IGUAL A NINGUÉM	Regina Rennó
NÚBIA – RUMO AO EGITO	Maria Aparecida Silva Bento
OGUM, O REI DE MUITAS FACES	Elizabeth Rodrigues
O CABELO DE LELÊ	Valéria Belém
O CASAMENTO DA PRINCESA	Celso Sisto
O COLECIONADOR DE PEDRAS	Prisca Agustoni; Ilustrações de André Neves.
O COMEDOR DE NUENS	Heloisa Pires Lima
O ESPELHO DOURADO	Heloisa Pires Lima
O FILHO DO VENTO	Rogério Andrade Barbosa
O LIVRO DA FAMÍLIA	Todd Parr
O MARIMBONDO DO QUILOMBO	Heloisa Pires Lima
O MENINO NITO – A FINAL, HOMEM CHORA OU NÃO?	Sônia Rosa
O PÁSSARO-DA-CHUVA	Monique Bermond
O PRESENTE DE OSSANHA	Joel Rufino dos Santos
O REI PRETO DE OURO PRETO	Sylvia Orthof
OS NOVE PENTES D'ÁFRICA	Cidinha da Silva
OS SETE NOVELOS-UM CONTO DE KWANZAA	Angela Shelf Medearis; Daniel Minter.
OUTROS CONTOS AFRICANOS PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS	Rogério Andrade Barbosa
OXUMARÊ, O ARCO-ÍRIS	Reginaldo Prandi
PRETINHA DE NEVES E OS SETE GIGANTES	Rubem Filho
PRETINHA, EU?	Júlio Emílio Braz
PRINCESA ARABELA, MIMADA QUE SÓ ELA!	Mulo Freeman
PRINCESAS NEGRAS E A SABEDORIA ANCESTRAL	Ariane Celestini Meireles
PRINCESA VIOLETA	Veralinda Menezes
QUANDO O DIA ENGOLIU A NOITE	Sônia Rosa
QUE MUNDO MARAVILHOSO!	Julius Lester; Joe Cepeda.
REIZINHOS DE CONGO	Edmilson de Almeida Pereira
SAMIRA NÃO QUER IR À ESCOLA	Christian Lamblin
SIKULUME E OUTROS CONTOS AFRICANOS	Júlio Emílio Braz
SUNDIATA-UMA LENDA AFRICANA	Will Eisner
TANTO, TANTO!	Trish Cooke
TEAR AFRICANO	Henrique Cunha

	Junior
TICO DE GENTE	Eunice Braido
TUDO BEM SER DIFERENTE	Todd Parr
VOVÓ NANÃ VAI À ESCOLA	Dagoberto José Fonseca
XANGÔ, O TROVÃO	Reginaldo Prandi
ZUMBI	Joel Rufino Dos Santos
ZUMBI, O DESPERTAR DA LIBERDADE	Júlio Emílio Braz

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (2020) – Org. pelo autor (2020).

Os variados componentes do currículo escolar contêm um livro didático que contempla tudo que é previsto no ano letivo. Já a disciplina DADI não contém livro e nem está previsto no Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. As referências apresentadas pela Secretaria de Educação de Porto Seguro (2020), quanto à proposta curricular da disciplina DADI, são as seguintes:

BERND, Zilá. **A Questão da Negritude**. São Paulo: brasiliense, 1984.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade e Cidadania**. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

CAMPOS, Leonardo Lacerda. **Políticas Públicas de Ações Afirmativas**: um estudo da implementação da lei 10.639/2003 e as suas implicações nas redes municipais de ensino de Porto Seguro – BA, Vitória da Conquista – BA e São Carlos – SP. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP. Orientadora: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.

GOMES, Nilma Lino. (2010) **A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e práticas pedagógicas**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Africanidades e Brasilidades**: desafios da formação docente. Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e pós-coloniais, V. 2, nº 01, 2012.
MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa:** história e debate no Brasil. Texto recebido e aprovado para publicação em julho de 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia.** Niterói: EDUFF, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** Identidade nacional versus identidade negra. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, Manoel Alves. **Brasil afro-brasileiro:** Cultura, História e memória. Fortaleza- IMEPH, 2010.

Ofícios SEDUC nº 674/2020 e nº 08/2021

No final do ano de 2020 e início do ano de 2021, após debate e análise dos profissionais da Educação do Município, como parte integrante da pesquisa junto a Supervisão Pedagógica da Secretaria de Educação com a nova gestão municipal que se monta a proposta de uma nova Matriz Curricular do município e em especial a Proposta da Disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena (DADI) do que por meio dos ofícios supracitados foi solicitada a aprovação junto ao Conselho Municipal de Educação. Nos escritos a seguir, como parte contribuinte, exibo a proposta que foi enviada ao CME – Porto Seguro para sua aprovação que até a presente data não tinha sido apreciada:

45

PROPOSTA CURRICULAR DA DISCIPLINA DADI/ DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA

“Não queremos a cultura afro-brasileira vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação. Queremos a cultura do negro inserida nas escolas, no mercado de trabalho, nas universidades, pois o negro faz parte do povo brasileiro. Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversificação da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso país. É imprescindível que haja união entre as pessoas, povos, nacionalidades e culturas. Todos os esforços para combater as barreiras discriminatórias são subsídios concretos para a formação de um novo ser humano, capaz de elevar-se à altura de seu destino e evitar destruir a si mesmo” (PAIM, 2013, p. 26).

APRESENTAÇÃO

As normas apresentadas por meio das legislações acerca da educação para as relações étnico-raciais (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008) trouxeram para os sistemas de ensino a urgente necessidade em possibilitar a formação e construção de conhecimentos que suleiem uma proposta educativa que valorize a pluralidade étnico-racial brasileira, bem como o combate a comportamentos e ações discriminatórias que se fazem presentes em nossa sociedade. Os estudos recentes têm verificado que essas práticas estão presentes no dia a dia das unidades escolares em todo País, fazendo-se

necessário avançarmos no combate ao racismo em sala, a fim de possibilitar uma formação social que tenha como premissa acima de tudo fomentar a formação dos sujeitos envolvidos, o respeito pelas diferenças. Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Porto Seguro por meio do Setor Pedagógico e da Coordenação específica em relações étnico-raciais entendendo que após 11 anos da Implementação da Lei nº 10.639/2003 na qual foi criada uma disciplina específica na Rede Municipal de Ensino e 8 anos da Implementação da Lei nº 11.645/2008, embora ao longo desses anos termos ofertado formações, decidimos promover em 2018 indicações para alterações/ reformulações no currículo da disciplina DADI (Diversidade Afrodescendente e indígena) já atendendo às orientações da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Diante da proposta de reformulações para serem realizadas no currículo, a Secretaria de Educação através das ações do Núcleo de Coordenação das relações étnico-raciais irá promover ao longo do ano letivo de 2018 quatro encontros envolvendo todos os profissionais que atuam com a disciplina específica ofertada pela Rede Municipal de Ensino. Esses encontros serão compostos por um curso de aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-raciais, pelos quais buscaremos reformular e consolidar as alterações do currículo da disciplina DADI. Trata-se de um curso de formação específica, realizado em modalidade presencial com a finalidade de apresentar, em caráter formativo, fundamentos teóricos que possibilitem uma instrumentalização dos docentes para aplicabilidade dos princípios que suleiam as Leis nº 10.645/2003 e 11.645/2008.

Em consonância a essa perspectiva o curso visa oportunizar aos profissionais da Educação Básica, em especial aos professores da Disciplina DADI uma formação focada na edificação de metodologias de trabalho pedagógico para a Educação das relações Étnico-raciais. Tal proposta contará com estudos e aplicação de livros pedagógicos específicos para professoras/es dos anos finais do Ensino Fundamental em virtude da disciplina específica ser oferecida apenas nessa modalidade de ensino no Município de Porto Seguro/BA.

Embora esteja na agenda da coordenação debates para ampliação da formação de professores da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o trabalho frente as demandas das leis supracitadas. Assim, vale salientar que este curso de aperfeiçoamento coaduna ao esforço de construir e constituir uma formação pedagógica a partir da pluralidade da sociedade brasileira.

Além das ações externadas, vale realçar que serão acompanhadas as atividades complementares (AC's) que acontecerão as terças com os professores de Diversidade afrodescendente e indígena a fim de corroborar com aplicabilidade dos princípios referentes as Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 nos seus planos de aula.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa proposta objetiva discutir os mecanismos que contemplam os princípios suleadores das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2003 que tornou obrigatório o Ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira e indígena em todas as instituições de Ensino Básico Público e Privado do País. Para tanto, oferecerá suportes educacionais para compreendermos a real necessidade da formulação de Políticas Públicas de Ações Afirmativas, demandadas pela população afrodescendente e indígena, muito em virtude da busca incessante do reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade, cuja proposta se dá no âmbito do combate ao racismo e discriminações que atingem particularmente os/as negros/as e os povos indígenas.

Por isso, se faz necessário pensarmos na historicidade dos valores civilizatórios africanos, afro-brasileiros e indígenas como forma de aumentarmos a sua eficácia por meio daquilo que definimos como nossas principais demandas de ordem política, cultural, racial, através da edificação de uma cultura política assentada nas diversidades que constituem a formação do povo brasileiro. Contudo, é inevitável a busca pela retomada de nossa história por meio, principalmente, do trabalho de construção da nossa memória social própria, em consonância com a crítica da memória social que

a supremacia branca ocidental nos legou como herança, e que, na maioria das vezes, reproduzimos com pouca consciência a respeito das suas formas, conteúdos e efeitos que reiteram uma economia de relações raciais, calcadas na pressuposição da inferioridade de negros/as e indígenas, como foi construída no imaginário da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, o que se propõe são a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e respeitados, além da valorização e do reconhecimento da sua identidade.

Para o alcance dessas necessidades, faz-se necessário, refletirmos acerca dos princípios que suleiam uma proposta pedagógica comprometida com a questão étnico-racial, além da preocupação em torno da formação inicial e continuada dos docentes, fornecendo-lhes os requisitos necessários para atuação com temas voltados para o ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira e indígena na educação básica.

É importante refletir e apontar os inúmeros mecanismos que possibilitem aos docentes um melhor encaminhamento dos conteúdos a serem abordados frente às referidas temáticas, uma vez que, as salas de aula apresentam uma configuração multicultural que exigem novas habilidades do docente para lidar com este universo. Nesse contexto, buscar-se-ia desenvolver ações no campo da formação continuada dos docentes da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro com objetivo de subsidiar os mesmos no diálogo frente aos acontecimentos que envolvem o racismo presente nas escolas brasileiras e que muitas vezes passam despercebidos em virtude da naturalização das ações racistas e preconceituosas no espaço escolar.

Objetivo Geral:

Estabelecer um diálogo acerca da história do povo brasileiro por meio de uma visão decolonial, instituindo a real significância da contribuição dos

povos indígenas e afrodescendente na formação cultural, econômica, social e política da sociedade brasileira. Diante do exposto, pretendemos contribuir ainda com a promoção do reconhecimento, respeito e valorização da diversidade étnica e cultural, na construção de uma sociedade consciente de suas ações, principalmente no tocante as diferenças e a todas as formas de preconceitos presentes no contexto escolar e em nossa sociedade.

Objetivos Específicos:

- Resgatar as características históricas dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros como forma de compreender as contribuições na formação cultural, política, social e econômica do povo Brasileiro.
- Identificar os diferentes contextos que implicaram na necessidade de criação de Políticas Públicas de Ações Afirmativas especialmente as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.
- Definir mecanismos capazes de atenuar as relações que envolvem o racismo no contexto escolar.

JUSTIFICATIVA

A História do Brasil nos foi transmitida sob a ótica de nossos colonizadores brancos europeus, essa versão disseminou e fortaleceu, por meio de processos ideológicos, a supervalorização deste grupo ético e inferiorização dos povos indígenas e africanos que assim como os europeus compuseram a formação do povo brasileiro. Dessa forma, a invisibilidade e inferiorização destes povos geraram preconceito, discriminação e rejeição da cultura afro e indígena, presente na identidade do povo brasileiro marcada pela miscigenação e diversidade étnica e cultural.

Nesse preciso sentido, a abordagem objetivada é de suma importância, uma vez que, já se passaram quinze anos da implementação da Lei 10.639/2003 e dez anos da implementação da Lei 11.645/2008 que tornou obrigatório o Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas públicas e privadas do País. Na Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro a Lei 10.639/2003 foi implementada no ano de 2007 e naquele momento criou-se uma disciplina específica para discutir os

conteúdos que contemplam a Lei 10.639/2003. Em 2010, o município implementou a Lei 11.645/2008 acrescentando o ensino da história e da cultura indígena por meio da disciplina DADI (Diversidade afrodescendente e indígena). É importante destacar ainda que o conhecimento acerca da história do continente africano e dos passos dos afrodescendentes e dos povos indígenas em solo nacional ajuda a construirmos uma visão crítica que nos possibilita combater e questionar as representações estereotipadas, limitadas, colaborando no processo da construção da identidade e no empoderamento de grupos e indivíduos que são silenciados no dia a dia e, sobretudo nos espaços escolares.

Nessa perspectiva a pesquisadora Marília Carvalho salienta por meio de uma pesquisa desenvolvida com professores a partir da análise do desempenho escolar que “a desigualdade de desempenho escolar entre alunos brancos e afrodescendentes é maior na classificação das professoras, e não a autoclassificação” (p.72, 2013), uma vez que, as professoras clareiam as crianças que apresentam um melhor desempenho escolar, enquanto avaliam rigorosamente as crianças negras.

Em relação ao preconceito internalizado no espaço escolar destaco ainda a pesquisa realizada por Malsete Arestides Santana e Maria Lúcia Müller (2012) intitulada *Relações Raciais no cotidiano escolar: dizeres de alunos de duas escolas públicas municipais de Cuiabá*, que teve como objetivo ouvir os alunos das turmas do 3º ao 6º anos acerca das discriminações existentes no espaço escolar e foi constatado que o cabelo crespo foi o campeão nas ocorrências frente às ações de discriminação racial.

“Eles falavam de cabelo bonito, arrumado e se dirigiam às crianças de cabelo crespo como cabelo ruim, feio, desarrumado. A escola estabelece padrões como o cabelo que, para ser símbolo de beleza, deve ser liso, comprido. É exigido dos alunos um padrão uniforme. Uma das exigências é arrumar o cabelo. Mas o que é cabelo arrumado para a escola?” (MORAES, 2013, p.73).

Esses exemplos expostos aqui de maneira propositiva nos chamam a atenção para a observância da urgente necessidade de implementação das Leis 10.639/2003 e da 11.645/2008, tendo em vista que a partir do momento que essas temáticas passem a fazer parte do contexto escolar, a

tendência, ou melhor, o que se espera é uma diminuição nos casos que envolvem o racismo nas salas de aula. Para tanto, é imprescindível que os profissionais da educação estejam preparados para atuarem em conformidade com os princípios norteadores das leis supracitadas, uma vez que, os alunos negros são alvos preferenciais de apelidos pejorativos e piadas nas salas de aulas e diante da naturalização dessas ações, na maioria das vezes, o professor não faz nenhum tipo de intervenção, nem tampouco a direção das unidades escolares, muito em virtude da falta de formação mais consistente acerca da educação para as relações étnico-raciais. Em consonância com essa reflexão, Fabiana Moraes destaca uma narrativa de Maria Aparecida que dialoga diretamente com esse pensamento mencionado:

“É preciso compreender que a exclusão escolar é o início da exclusão social de crianças negras”, pontua a autora, que continua: “O despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofre mutações próprias do ambiente escolar”. (MORAES, 2013, p.75).

As pesquisas têm apontado ainda, além do descaso por parte de muitos municípios brasileiros no tangente a implementação das referidas Leis, há ainda uma lacuna muito forte, principalmente quando tocamos no quesito da formação inicial e continuada dos docentes. Sendo assim, se faz necessário e urgente, viabilizar um debate pautado em requisitos que possibilitem aos docentes uma base teórico-metodológica com a finalidade de oportunizá-los a ampliação do conhecimento que envolve a referida temática, assim como sugestões que promovam um melhor encaminhamento na aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos pelas Leis. Buscaremos ainda, nessa perspectiva de subsidiar o trabalho docente, re/formular um currículo que possibilite um melhor desenvolvimento do trabalho dos professores.

Nesse sentido Fabiana Moraes nos apresenta uma narrativa interessante de Edmilson de Almeida Pereira, quando o mesmo expõe que:

“[...] a inclusão dos valores culturais afro-brasileiros nos currículos escolares representa o reconhecimento de uma dívida da sociedade para com os africanos e seus descendentes [...]”. No entanto, apesar de sua obrigatoriedade – e mais do que isso, seu potencial transformador da realidade nacional – a lei não encontra, como vimos, sua efetivação. Isso mesmo havendo um ambiente legal favorável à sua existência. São exemplos, o Parecer nº 3 do Conselho Nacional de Educação (17.06.2004), que explica o porquê da Lei 10.639/2003 e estabelece orientação dos conteúdos a serem

incluídos; também a Resolução nº 01(17.06.2004), do CNE, que detalha os compromissos de cada ente federativo na implementação da Lei; há ainda o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais, lançado pelo Ministério da Educação, documento criado justamente pela percepção da não universalização das leis no sistema de ensino: seu objetivo é de fortalecer e institucionalizar as orientações da legislação (MORAES, 2013, p. 82-83).

É importante realçar que medidas efetivas devem ser tomadas para que haja de fato aplicabilidade de uma temática tão significativa, sobretudo no que diz respeito a exposição positiva do papel exercido na construção social, econômico e cultural da nossa sociedade a partir das contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, oportunizando aos alunados acesso a um novo paradigma, importante para uma mudança de mentalidade. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra, além de proporcionar a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais, uma vez que a escola - além da família - participa ativamente na formação moral e social do aluno.

I UNIDADE

Objetivo Geral: Assumir e conviver socialmente como sujeito reflexivo, crítico que reconhece e respeita as diferenças/diversidade.

Objetivos de aprendizagens

- Promover atitudes e valores elevando o respeito mútuo e a autoestima.
- Possibilitar o (re)conhecimento às diferenças e igualdade de direitos (equidade).
- Promover o estudo e reconhecimento das principais matrizes formadoras do povo brasileiro.
- Contribuir para o reconhecimento da identidade pessoal e cultural.
- Promover análise acerca de percepções negativas e preconceituosas acerca de negros e indígenas transmitidas culturalmente.
- Associar a aprovação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 a conquista do direito a igualdade.
- Conhecer sua identidade individual e coletiva.

- Conhecer as matrizes identitárias do povo brasileiro.
- Interagir respeitosamente com as diferenças étnicas e culturais do contexto escolar e local.

Metodologia

- Dinâmica “Pra quem/quê você tira o chapéu?”
- Exibição e discussão do vídeo “O povo brasileiro”
- Leitura e Produção textual
- Aulas expositivas e interativas;
- Estudo dirigido;
- Atividades individuais e coletivas.
- Pesquisa bibliográfica.
- Pesquisa de campo: levantamento das cor/raças declaradas pelos alunos na escola.
- Criação de texto publicitário/propaganda contra a discriminação racial.
- Fábula/ A águia e a galinha.
- Confecção de painel.

Avaliação (instrumentos)

- Trabalho oral e escrito (tabulação, apresentação e análise da pesquisa de campo)
- Produção de texto publicitário: campanha contra a discriminação racial.
- Confecção de painel “O povo brasileiro”.

II UNIDADE

Objetivo Geral: Reconhecer e valorizar a matriz indígena formadora da população brasileira e suas contribuições.

Objetivos de aprendizagens

- Possibilitar o conhecimento da cultura indígena para reconhecer e valorizar suas contribuições na História do Brasil.
- Conhecer personalidades indígenas e suas lutas na história da sociedade brasileira
- Promover o (re)conhecimento da África e estudo dos povos africanos.
- Desmistificar preconceitos e reconstruir visões sobre a África.
- Compreender os processos políticos, sociais, econômicos e culturais, que desencadeou a abolição da escravatura.
- Analisar o protagonismo negro nos diversos movimentos que foram responsáveis pela fragilização do sistema escravocrata, culminando na abolição da escravatura.
- Verificar as consequências da abolição para a população africana e afro-brasileira.
- Analisar criticamente o processo de perda da identidade indígena.
- Possibilitar o estudo do significado de palavras indígenas e leitura de contos.
- Identificar características da sociedade indígena brasileira antes e depois da colonização.
- Identificar aspectos das histórias e culturas africanas.
- Reconhecer a importância da ancestralidade;

Metodologia

- Exibição e Debate do documentário “Índios: Quem são eles”? (TV Escola)
- Estudo de textos.
- Escuta, ilustração e interpretação da música “Todo dia era dia de índio”
- Pesquisas
- Aula expositiva e interativa.
- Estudo coletivo de textos da obra “Negro, a cor da vida/Origem do homem e do racismo”.
- Atividade escrita.
- Soletrando com palavras de origem indígenas.

- Leitura e dramatização do texto “Casa saberes da África” (Livro de História de Boulos do 6º ano).

Avaliação (instrumentos)

- Avaliação escrita.
- Dramatização em grupo do texto “casa saberes da África”.
- Leitura e Interpretação de contos.
- Produção de minidicionário ilustrado com palavras indígena.

55

III UNIDADE

Objetivo Geral: Reconhecer e valorizar as matrizes africanas formadoras da população brasileira e suas contribuições. Valorizar e defender a liberdade como direito natural dos seres humanos.

Objetivos de aprendizagens

- Favorecer o conhecimento das etnias e cultura africana para reconhecer e valorizar as contribuições africanas e indígenas na formação da história e cultura brasileira.
- Oportunizar a reflexão sobre os processos e consequências da escravidão no Brasil.
- Identificar aspectos das histórias e culturas africanas.
- Identificar os povos africanos que foram trazidos para o Brasil e suas contribuições no cenário político, econômico, social e cultural.
- Conhecer os conceitos e formas de escravidão.
- Compreender as consequências do processo de escravização para a África e para os afro-brasileiros.
- Analisar e valorizar a luta dos povos escravizados.
- Compreender que o negro é um sujeito histórico, social e político, que deve ser respeitado e valorizado.

Metodologia

- Exibição e discussão do filme “O contador de história”.

- Pesquisa e apresentação da biografia de personalidades negras.
- Produção textual.
- Aula expositiva e interativa.
- Intercâmbio com o grupo de Capoeira.
- Soletrando com palavras de origem africanas.
- Filme Kiriku e a feiticeira.

Avaliação (instrumentos)

- Apresentação oral e escrita da biografia de personalidades negras.
- Apresentação teatral de contos (teatro, fantoches).
- Debate e Concurso soletrando (palavras africanas).

IV UNIDADE

Objetivo Geral - Conhecer e valorizar o processo de luta e conquista da cidadania do povo negro. Conviver e interagir respeitosamente com as diferenças

Objetivos de aprendizados

- Oportunizar a reflexão sobre o padrão de beleza construído e transmitido culturalmente.
- Viabilizar o conhecimento das diversas formas de resistência e preservação da cultura africana no Brasil.
- Oportunizar o (re)conhecimento de líderes e personalidades negras na história do Brasil, como Zumbi.
- Celebrar e refletir sobre o sentido e significado da semana da Consciência negra.
- Estimular atitudes de prevenção e combate a todas as formas de preconceito e discriminação.
- Conhecer a história e organização do Quilombo de Palmares e as formas de resistência negra no Brasil.
- (Re) conhecer Zumbi dos palmares como símbolo da Consciência Negra.

- Identificar formas e atitudes de preconceito.
- Refletir sobre os danos causados na vida das vítimas de preconceito e discriminação.

Metodologia

- Conto menina bonita do laço de fita (Ana Maria machado).
- Leitura e produção de poemas.
- Estudo do documentário “Quilombos da Bahia”
- Exibição do Vídeo “Zumbi dos Palmares: Construtores do Brasil”.
- Leitura, interpretação do e ilustração do cordel “Defesa da diversidade e contra o preconceito”.
- Aula expositiva e interativa.
- Estudo dirigido do poema “O que é ter consciência negra”
- Sarau da Consciência negra.

57

Avaliação (instrumentos)

- Produção textual (Biografia de Zumbi dos palmares)
- Avaliação escrita
- Sarau da Consciência negra com declamação de textos literários, músicas, exposições, palestras e concurso “beleza negra”.

RECURSOS

- Laboratório de Informática da escola.
- TV/DVD, som,
- Artigos, contos, poemas, músicas e vídeos do site “A cor da cultura” e Portal SEC/BA/Mídias e tecnologias digitais.
- Material de pintura (tinta, pinceis, lápis de cor, pilotos de cores variadas, etc).
- Cartolinas e papel metro branco e pardo.
- DVD Quilombos da Bahia;
- Vídeos, “Construtores do Brasil - Zumbi dos Palmares”
- Impressão e Xerox de material didático.

- Estatuto da igualdade racial – Lei n. 12.288/2010.

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO: participação, envolvimento, responsabilidade, compromisso, manifestação do senso crítico, argumentativo e sensibilidade, expressos na organização e desenvolvimento dos trabalhos orais, escritos e visuais; bem como das atitudes expressas na convivência diária no contexto escolar (aspectos sócios formativos), considerando o exercício das reflexões e valores trabalhados nas atividades propostas em cada bimestre.

PLANO DE CURSO DA DISCIPLINA DIVERSIDADE AFRODESCENDENTE E INDÍGENA

6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
I UNIDADE
1 - Introdução Conceitual: O que é Racismo? O que é injúria Racial? O que é preconceito? o que é sexismo? o que é machismo? O que é patriarcalismo? O que é etnia? O que é raça? O que é gênero? O que é identidade?
2 - Identidade étnica e cultural do Brasil e a as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;
3 - A formação da população brasileira: uma discussão a partir das três matrizes principais);
4 - Dia da mulher: Personalidades femininas negras e indígenas;
5 - História do 21 de março: Dia internacional contra a discriminação racial (Massacre de Shaperville na África do Sul);
6 - Os povos indígenas no Brasil: história e contribuições artísticas e culturais, linguagem, etc .
7 - Povos indígenas em Porto Seguro e região Sul e Extremo Sul da Bahia.
8 - Contos indígenas;
9 - As consequências da inculturação dos indígenas no Brasil (violência e perda da identidade);
10 - África: O Berço da humanidade.
11 - Comunidades tradicionais africanas: Reinos africanos KUSH, NUBIA, MALÍ, ETIÓPIA, LÍBIA, TUNÍSIA, EGITO;
12 - O protagonismo negro e as consequências da abolição da escravidão.
II UNIDADE
1 - As Formas de escravidão implantadas no Brasil (indígenas e negros)
2 - Heranças africanas: contribuições culturais, linguísticas e históricas dos africanos e afro-brasileiros;
3 - Contos africanos;
4 - Personalidades negras;
5 - Negritude e o padrão de beleza difundido no Brasil.
6 - Quilombos: símbolo de resistência negra no Brasil;

7 - Comunidades quilombolas do Estado da Bahia. (documentário quilombos da Bahia); 8 - Zumbi e o quilombo de Palmares; 9 - 20 de novembro: (re)significando o dia da Consciência Negra; 10 - Religião e Religiosidade Indígena, Africana e Afro-brasileira.
III UNIDADE
1 - Diversidade cultural brasileira e a Lei 11.645/08; 2 - Dia internacional da mulher: Realidades e desafios das mulheres negras e indígenas; 3 - Ancestrais dos indígenas: Pré-cabralianos: Tupi-guarani e Tapuia. 4 - Povos indígenas: Problemas e Conquistas (violência, aculturação, conflitos por terras); 5 - Conhecendo o continente africano: Riquezas naturais, paisagens, países, Religiosidade, principais problemas; 6 - Comunidades tradicionais africanas: Reinos Mali e Congo; 7 - A conquista do 13 de maio: Lutas/ resistência para a liberdade.
IV UNIDADE
1 - A África berço da civilização: comunidades originárias e tradicionais africanas; 2 - Cultura africana e afro-brasileira e seus elementos; 3 - Resistência negra no Brasil: revolta dos Malês; 4 - Tipos de preconceitos (racial, social, religioso, gênero, etc). 5 - Negritude, branquitude e cidadania; 6 - Igualdade Racial; 7 - Zumbi e Dandara dos Palmares 8 - Negros e Indígenas na política.

7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
I UNIDADE
1 - Introdução Conceitual: O que é Racismo? O que é injúria Racial? O que é preconceito? o que é sexismo? o que é machismo? O que é patriarcalismo? O que é etnia? O que é raça? O que é gênero? O que é identidade? 2 - A Lei 11.645/08 (criação importância) e a diversidade étnico-racial brasileira; 3 - Identidade e autoestima, identidade étnico-racial; 4 - Violência contra mulheres negras e indígenas brasileiras; 5 - Dia Internacional de luta contra a discriminação racial (21 de março); 6 - Índio brasileiro: passado e presente, contos e lendas. 7 - Indígenas na Bahia: principais etnias, localização, modo de vida, problemas e conquistas curiosidades; 8 - Resistência indígena: Confederação dos Tamoios e a Revolta do Nordeste Indígena (1712- Nação Cariri); 9 - Ressignificação do 13 de maio: Dia Nacional de luta contra o racismo. População Negra Brasileira; 10 - O cidadão brasileiro e o respeito às diferenças.
II UNIDADE

- 1 - Conhecendo o Continente Africano: mapa político e principais características;
- 2 - Africanos no Brasil: Dominação, Resistência, Revolta da Chibata, a Sabinada e a Conjuração Baiana;
- 3 - Reinos Africanos: Monomotapa, Zimbabue, Luba, Lunda e etc.;
- 4 - Personalidades Negras.
- 5 - Cultura afro-brasileira. Manifestações culturais afro-brasileiras;
- 6 - Diversidade Cultural;
- 7 - Igualdade de Direitos;
- 8 - Cientistas negros e indígenas.

III UNIDADE

- 1 - Por que ensinar relações étnico raciais nas escolas brasileiras? As Leis 10.639/03 e 11.645/08;
- 2 - O mito da democracia racial brasileira e a construção da identidade étnico-racial;
- 3 - História da cultura afro brasileira: povos africanos que foram trazidos para o Brasil, resistência e quilombolas);
- 4 - Dia Internacional de luta contra a discriminação racial (21 de maio).
- 5 - Índios brasileiros da contemporaneidade:
 - Quantidade e localização das principais etnias.
 - História e cultura de cada etnia.
 - Principais problemas e conquistas na atualidade.
 - Índios e tecnologia.
- 6 - Direitos e etnocentrismo indígena;
- 7 - Troncos linguísticos indígenas: Tronco Tupi e Tronco Macro-Jê, etc;
- 8 - Cultura Indígena.

IV UNIDADE

- 1 - Cidadania e Direitos Humanos e questões de gênero;
- 2 - O imperialismo em terras africanas e as teorias racistas do século XIX;
- 3 - A África entre os séculos XVI e XIX e na atualidade;
- 4 - O Movimento Negro no Brasil a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental.
- 5 - Ações de empoderamento negro no Brasil e no mundo;
- 6 - Ações afirmativas;
- 7 - Resistência Cultural Afro-brasileira: Religiosidade e processo cultural:
 - Papel do candomblé e da umbanda na formação da religiosidade afro-brasileira;
 - Sincretismo religioso;
 - Depreciação da cultura e religiosidade afro-brasileira;
- 8 - Dia da Consciência Negra.

Sugestões de Materiais

MATERIAL	AUTOR/A
A COR DO PRECONCEITO	Vera Vilhena;

	Carmem Lúcia Campos; Sueli Carneiro
A COR DA TERNURA	Geni Guimarães
A GINGA DA RAINHA	Iris Amâncio
A MENINA TRANSPARENTE	Elisa Lucinda
A OVELHA NEGRA	Bernardo Aibê
A SEMENTE QUE VEIO DA ÁFRICA	Heloísa Pires Lima
ANA E ANA	Célia Godoy
AS GUELEDÉS	Raul Lody
AS TRANÇAS DE BINTOU	Sylviane Diouf
BERIMBAU	Raquel Coelho
BETINA	Nilma Lino Gomes
BICHOS DA ÁFRICA (I, II, III E IV).	Rogério Andrade Barbosa
BRUNA E A GALINHA D' ANGOLA	Gercilda de Almeida
BRUNO ZUMBI	Ângela Cristina Marques
CAMILA E SEUS AMIGOS	Aline de Pétigny
CHUVA DE MANGA	James Rumford
COLEÇÃO GRIOT MIRIM(MENINAS NEGRAS. KOUMBA E O TAMBOR DIAMBÊ; QUE COR É A MINHA COR? MÃE DINHA – LIVRO DO PROFESSOR.	Madu Costa, Martha Rodrigues e Mara Evaristo
COLEÇÃO OLERÊ (O CONGADO PARA CRIANÇAS)	Edmilson A. Pereira
COMO AS HISTÓRIAS SE ESPALHARAM PELO MUNDO	Rogério Andrade Barbosa
COMO É BONITO O PÉ DE IGOR	Sonia Rosa
CONTOS AFRICANOS PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS	Rogério Andrade Barbosa
CONTOS E LENDAS DA ÁFRICA	Yves Pinguilly
CRIANÇAS COMO VOCÊ	Barnabas Kindersley e Anabel Kindersley
DO OUTRO LADO TEM SEGREDOS	Ana Maria Machado
DOCE PRINCESA NEGRA	Solange Azevedo Cianni
DUULA, A MULHER CANIBAL	Rogério Andrade Barbosa
FELICIDADE NÃO TEM COR	Julio Emílio Braz

FICA COMIGO	Georgina Martins
FOLCLORE POÉTICO (EM POMPEU)	Edmáia Faria
GOSTO DE ÁFRICA: HISTÓRIAS DE LÁ E DAQUI	Joel Rufino dos Santos
HISTÓRIAS AFRICANAS PARA CONTAR E RECONTAR	Rogério Andrade Barbosa
HISTÓRIA CABELUDA	Maria Lúcia Mott Galasso
HISTÓRIA DE ÍNDIO	
HISTÓRIAS DA PRETA	Heloísa Pires
IFÁ, O ADVIVINHO	Reginaldo Prandi
INÃ, O HERÓI DE SEU POVO	Gercilda de Almeida
INÃ, MENINO CARAJÁ	Gercilda de Almeida
LENDAS DA ÁFRICA	Júlio Emílio Braz
LENDAS E MITOS DOS ÍNDIOS BRASILEIROS	Walde-Mar de Andrade e Silva
LENDAS DA ÁFRICA MODERNA	Heloisa Pires Lima e Rosa Maria Tavares Andrade
LENDAS NEGRAS	Júlio Emílio Braz
LUANA- A MENINA QUE VIU O BRASIL NENÉM	Aroldo Macedo
LUANA CAPOEIRA E LIBERDADE	Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino
LUANA, AS SEMENTES DE ZUMBI	Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino
MÃE ÁFRICA – MITOS, LENDAS, FÁBULAS E CONTOS	Celso Sisto
MARIPOSA OU BORBOLETA?	Ana Dalva Pardo
MINHA FAMÍLIA É COLORIDA	Georgina Martins
MINHA MÃE É NEGRA SIM!	Patrícia Santana
NA COR DA PELE	Júlio Emílio Braz
NA TERRA DOS ORIXÁS	Ganymédes José
NEGRO: RECONSTRUINDO NOSSA HISTÓRIA	Nancy Caruso Ventura
NINGUÉM É IGUAL A NINGUÉM	Regina Rennó
NÚBIA – RUMO AO EGITO	Maria Aparecida Silva Bento

OGUM, O REI DE MUITAS FACES	Elizabeth Rodrigues
O CABELO DE LELÊ	Valéria Belém
O CASAMENTO DA PRINCESA	Celso Sisto
O COLECIONADOR DE PEDRAS	Prisca Agustoni e Ilustrações de André Neves
O COMEDOR DE NUENS	Heloisa Pires Lima
O ESPELHO DOURADO	Heloisa Pires Lima
O FILHO DO VENTO	Rogério Andrade Barbosa
O LIVRO DA FAMÍLIA	Todd Parr
O MARIMBONDO DO QUILOMBO	Heloisa Pires Lima
O MENINO NITO – A FINAL, HOMEM CHORA OU NÃO?	Sônia Rosa
O PÁSSARO-DA-CHUVA	Monique Bermond
O PRESENTE DE OSSANHA	Joel Rufino Dos Santos
O REI PRETO DE OURO PRETO	Sylvia Orthof
OS NOVE PENTES D' ÁFRICA	Cidinha Da Silva
OS SETE NOVELOS-UM CONTO DE KWANZAA	Angela Shelf Medearis e Daniel Minter
OUTROS CONTOS AFRICANOS PARA CRIANÇAS BRASILEIRAS	Rogério Andrade Barbosa
OXUMARÊ, O ARCO-ÍRIS	Reginaldo Prandi
PRETINHA DE NEVES E OS SETE GIGANTES	Rubem Filho
PRETINHA, EU?	Júlio Emilio Braz
PRINCESA ARABELA, MIMADA QUE SÓ ELA!	Mulo Freeman
PRINCESAS NEGRAS E A SABEDORIA ANCESTRAL	Ariane Celestini Meireles
PRINCESA VIOLETA	Veralinda Menezes
QUANDO O DIA ENGOLIU A NOITE	Sonia Rosa
QUE MUNDO MARAVILHOSO!	Julius Lester e Joe Cepeda
REIZINHOS DE CONGO	Edmilson de Almeida Pereira
SAMIRA NÃO QUER IR À ESCOLA	Christian Lamblin
SIKULUME E OUTROS CONTOS AFRICANOS	Julio Emilio Braz

SUNDIATA-UMA LENDA AFRICANA	Will Eisner
TANTO, TANTO!	Trish Cooke
TEAR AFRICANO	Henrique Cunha Junior
TICO DE GENTE	Eunice Braido
TUDO BEM SER DIFERENTE	Todd Parr
VOVÓ NANÃ VAI À ESCOLA	Dagoberto José Fonseca
XANGÔ, O TROVÃO	Reginaldo Prandi
ZUMBI	Joel Rufino dos Santos
ZUMBI, O DESPERTAR DA LIBERDADE	Julio Emílio Braz

LITERATURAS ACADÊMICAS	
LIVROS	AUTOR/A
A DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO	Ana Célia Silva
ARTIGO: MOVIMENTOS NEGROS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: DAS LUTAS PELO ACESSO À IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO.	Leonardo Lacerda Campos e Gabriela Guarnieri de Campos Tebet
ESTUDOS DE BEBÊS E DIÁLOGOS COM A SOCIOLOGIA. SÃO CARLOS: PEDRO & JOÃO EDITORES, 2019. 631P.	Gabriela Guarnieri de Campos Tebet (org.)
ARTIGO: CONTRIBUIÇÕES SOCIOLÓGICAS PARA O ESTUDO DOS BEBÊS NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. P. 359	Gabriela Guarnieri De Campos Tebet, Paulo Fabrício Roquete, Natália Lopes Dos Santos, Michele Brandão Sebastião, Arlete Bonifácio e Leonardo Lacerda Campos
DISSERTAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UM ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 E AS SUAS IMPLICAÇÕES NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DE PORTO SEGURO-BA, VITÓRIA DA CONQUISTA-BA E SÃO CARLOS-SP	Leonardo Lacerda Campos
ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS	Alain Pascal Kaly, Carmen Teresa Gabriel, Cinthia Monteiro de Araujo,

	Circe Fernandes Bittencourt, Giovana Josêda Silva, Lorene Dos Santos, Patrícia Texeira Santos, Verena Alberti e Warley da Costa
POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS	Valter Roberto Silvério
POLÍTICAS EDUCACIONAIS COM OS POVOS INDÍGENAS	Francisca Novatino P. de Ângelo
EDUCAÇÃO NA VISÃO DO PROFESSOR INDÍGENA	Fausto da Silva Mandulão
VALORES CIVILIZATÓRIOS INDÍGENAS E AFRO-BRASILEIROS: SABERES NECESSÁRIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Maria de Lourdes Bandeira
AFIRMANDO DIFERENÇAS – MONTANDO O QUEBRA-CABEÇA DA DIVERSIDADE NA ESCOLA	Anete Abramowicz e Valter Roberto Silvério
ALFABETO NEGRO	Rosa Margarida C. Rocha
ALMANAQUE PEDAGÓGICO AFRO-BRASILEIRO	Rosa Margarida C. Rocha
AMKOULLEL, O MENINO FULA, AMADOU HAMPÂTÊ BÂ, CASA DAS ÁFRICAS E PALAS ATHENAS	Amadou Hampâté Bâ
BONECAS NEGRAS, CADÊ?	Maria Zélia Matos
CONTANDO A HISTÓRIA DO SAMBA	Marcos Cardoso, Elzelina Dóris e Edinéia Ferreira
DE PRETO A AFRO-DESCENDENTE: TRAJETOS DE PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL	Lucia M. A Barbosa Petronilha B. G. e Silva e Valter Roberto Silvério
DESCONSTRUINDO A DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO	Ana Célia Silva
DO SILÊNCIO DO LAR AO SILÊNCIO ESCOLAR	Eliane Cavalleiro
EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA DIFERENÇA	Anete Abramowicz, Valter Roberto Silvério e Lúcia M. De A. Barbosa
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Rosa Margarida C. Rocha
ESCOLA PLURAL – A DIVERSIDADE ESTÁ NA SALA DE AULA	Maria Nazareth Mota de Lima
EXPERIÊNCIAS ÉTNICO-CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	Petronilha B. G. e Silva e Nilma Lino

	Gomes
HISTÓRIAS DO TIO JIMBO	Nei Lopes
HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA	Nei Lopes
NEGRITUDE – USOS E SENTIDOS	Kabengele Munanga
O NEGRO NO BRASIL DE HOJE – HISTÓRIA, REALIDADES, PROBLEMAS E CAMINHOS	Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes
O PENSAMENTO NEGRO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL	Lúcia M. A. Barbosa e Petronilha B. G. e Silva
O QUE É RACISMO	Joel Rufino Dos Santos
OS COMEDORES DE PALAVRAS	Edimilson Almeida Pereira e Rosa Margarida De Carvalho Rocha
PARA ENTENDER O NEGRO NO BRASIL DE HOJE – HISTÓRIA, REALIDADES, PROBLEMAS E CAMINHOS	Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes
PROFESSORAS NEGRAS – TRAJETÓRIAS E TRAVESSIAS	Patrícia Santana
RACISMO E ANTIRRACISMO NA EDUCAÇÃO	Eliane Cavalleiro
RAP E EDUCAÇÃO, RAP É EDUCAÇÃO	Elaine Nunes de Andrade
TRABALHANDO A DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Anete Abramowicz, Valter Roberto Silvério, Fabiana De Oliveira e Gabriela Guarnieri de Campos Tebet
TRAMAS DA COR	Rachel de Oliveira
A ENXADA E A LANÇA – A ÁFRICA ANTES DOS PORTUGUESES	Alberto da Costa e Silva
A EXPERIÊNCIA AFRICANA: DA PRÉ-HISTÓRIA AOS DIAS ATUAIS	Roland Oliver
ANCESTRAIS – UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ÁFRICA ATLÂNTICA	Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio
FALARES AFRICANOS NA BAHIA	Yeda Pessoa De Castro
NOVO DICIONÁRIO BANTO DO BRASIL	Nei Lopes
COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA – 8 VOLUMES	J. Ki-Zerbo
A GÊNESE AFRICANA – CONTOS, MITOS E LENDAS DA ÁFRICA	Leo Frobenius e Douglas C. Fox
AS MÁSCARAS AFRICANAS	Franco Monti
DESENHOS DA ÁFRICA	Paulus Gerdes
DICIONÁRIO DE ARTE SACRA E TÉCNICAS	Raul Lody

AFRO-BRASILEIRAS	
JOGOS E ATIVIDADES MATEMÁTICAS DO MUNDO INTEIRO	Claudia Zaslavsky

FILMES
A BATALHA DE ARGEL
ENTRE DOIS AMORES
HOTEL RUANDA
ILYA E O FOGO
KIRIKU E A FEITICEIRA
MALCOLN X
O JARDINEIRO FIEL
QUANTO VALE OU É POR QUILO?
QUASE DOIS IRMÃOS
QUILOMBO
NA ROTA DOS ORIXÁS
PAJERAMA
SARAFINA, O SOM DA LIBERDADE
TEMPO DE MATAR
UM GRITO DE LIBERDADE
VISTA A MINHA PELE
MANDELA: LUTA PELA LIBERDADE
MANDELA O CAMINHO PARA A LIBERDADE
CRASH NO LIMITE: ATÉ QUE PONTO VOCÊ SE CONHECE?
DIAMANTE DE SANGUE
DARFUR: DESERTO DE SANGUE
INVICTUS
O ALUNO
O SENHOR DAS ARMAS
REPÓRTERES DE GUERRA
DVD ESCOLA- TV ESCOLA (PLURALIDADE CULTURAL)
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. SECAD. YOTÉ: O JOGO DA NOSSA HISTÓRIA. MANUAL E DVD DA CF/2014.
FILMES E DOCUMENTÁRIOS PRODUZIDOS EM PAÍSES AFRICANOS
LICINIO AZEVEDO – VIRGEM MARGARIDA (Filme produzido em Moçambique)
MAHAMAT-SALEH HAROUN – GRIGRIS (Produzido em Chade)
MAHAMET-SALEH HAROUN - BYE BYE ÁFRICA (Produzido em Chade)
MATI DIOP - A THOUSAND SUNS (Produzido no Senegal)
JOSÉ CARDOSO - CANTA MEU IRMÃO, AJUDA-ME A CANTAR (1982) (produzido em Moçambique).
OUSMANE SEMBÈNE - LA NOIRE DE... (1966) (ALTA DEFINIÇÃO) (Produzido no Senegal)

FILMES E DOCUMENTÁRIOS INDÍGENAS
HUICHOLAS: THE LAST PEYOTE GUARDIANS, 2014
LE PEUPLE INVISIBLE, 2007
REPUBLICA GUARANI, 1981
VALE DOS ESQUECIDOS, 2012
VIDA KAINGANG, 2014
PRESENTE DOS ANTIGOS, 2009.
TERRA DOS ÍNDIOS, 1978.
ÍNDIO CIDADÃO ?, 2014.
500 ALMAS, 2004.
DO BUGRE AO TERENA, 2012.
LA PEQUEÑA SEMILLA EN EL ASFALTO, 2009.
DITSÖWÖ TSIRIK – EL CAMINO DE LA SEMILLA, 2012.
ÍNDIOS MUNDURUKU: TECENDO A RESISTÊNCIA, 2014
INDÍGENAS DIGITAIS, 2010.
DOCUMENTÁRIO SOBRE A MÚSICA DO POVO KARIRI XOCÓ, 2009.
BORUM-KRENAK, 2013.
KANGWAA? – CANTANDO PARA NHANDERÚ
CANELA RAMKOKAMEKRA – A ARTE DO MITO, 2002.
TUPINAMBÁ – O RETORNO DA TERRA, 2015.
ESTRATÉGIA XAVANTE, 2007.
XUKURU ORORUBÁ, 2008.
MBARAKÁ – A PALAVRA QUE AGE
PROMESSA PANKARARU, 2009.
KARAI HA'EGUI KUNHÃ KARAI 'ETE, 2014.
XINGU, 2012.
UMA HISTÓRIA DO CIPÓ, 2013.
ORIGEM DOS NOMES, 2005.
OS FILHOS DA HUTUKARA, 2014.
CACHOEIRA, 2010

SITES
A COR DA CULTURA: www.acordacultura.or.br
http://cine-africa.blogspot.com.br/
ABAYOMI: www.abayomi.com.br
BELEZA NEGRA www.belezanegra.com
CASA DAS ÁFRICAS www.casadasafricanas.org.br
CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA www.casadeculturadamulhernegra.org.br
CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES www.ceert.org.br
COMUNIDADES QUILOMBOLAS www.cpis.org.br/comunidades
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES www.palmares.gov.br
GELEDÊS www.geledes.org.br
HISTÓRICO DA ORIGEM AFRICANA www.terrabrasileira.net
http://desacato.info/25-filmes-indigenas-diferentes/
MESTRE DIDI www.mestredidi.org

MULHERES NEGRAS	www.mulheresnegras.org
MUNDO NEGRO	www.mundonegro.com.br
MUSEU AFROBRASIL	www.museuafrobrasil.org.br/
NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS	www.nen.org.br/index.htm
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	pib.socioambiental.org/pt
PORTAL AFRO	www.portalafro.com.br
REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES	www.africaeaficanidades.com/index.html
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPIR – DF	www.planalto.gov.br/seppir
	http://www.mec.gov.br
	https://www.facebook.com/LEI-10639-11645-1757022384584591/?ref=br_rs
	www.camara.gov.br
	http://chc.org.br/categoria/temas-chc/historia
LEI 10.639 & 11.645 (Facebook)	
Leis 10.639/03 e 11.645/08 - Material de apoio ao educador (Facebook).	
Lei 10.639 - Cultura afro-brasileira nas escolas com Lucio Sanfilippo (Facebook)	
Questão Indígena (Facebook)	
Povos Indígenas do Brasil (Facebook)	

REFERÊNCIAS

BERND, Zilá. **A Questão da Negritude**. São Paulo: brasiliense, 1984.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História Sociedade e Cidadania**. 3. Ed. – São Paulo: FTD, 2015.

CAMPOS, Leonardo Lacerda. **Políticas Públicas de Ações Afirmativas: um estudo da implementação da lei 10.639/2003 e as suas implicações nas redes municipais de ensino de Porto Seguro – BA, Vitória da Conquista – BA e São Carlos – SP. Dissertação de mestrado**. Faculdade de Educação da UNICAMP. Orientadora: Gabriela Guarnieri de Campos Tebet.

GOMES, Nilma Lino. (2010) **A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e práticas pedagógicas**. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Africanidades e Brasilidades: desafios da formação docente**. Revista de Estudos Anti-Utilitaristas e pós-coloniais, V. 2, nº 01, 2012.

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debate no Brasil**. Texto recebido e aprovado para publicação em julho de 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia**. Niterói: EDUFF, 2000.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, Manoel Alves. **Brasil afro-brasileiro : Cultura, História e memória**. Fortaleza- IMEPH, 2010.

Apresentada a nova proposta a ser aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Porto Seguro, nos revela que a proposta da disciplina apresentada junto a Resolução CME nº 118/2019, teve uma evolução em relação a proposta curricular vigente, com a inclusão de vários aspectos sociais que antes não estavam pensados antes de um debate amplos aos professores de DADI.

EU QUERIA QUE ESSA FANTASIA FOSSE ETERNA ⁶

Não estamos aqui desvalorizando os lugares e as trajetórias que nós docentes tecemos ao longo das nossas itinerâncias, de nossas vidas. O que estamos dizendo é que as armadilhas são muitas, mas precisamos abrir as feridas da colonialidade para nos desafiar a partir de nós mesmos e assim termos condições ver/enxergar e escutar/ouvir o outro, porque não dá para pensar em decolonizar currículos se ainda essencializamos a formação docente (SANTOS, 2021, p. 08).

Escrever esse capítulo, com a fala de SANTOS (2021), nos apresenta justamente aquilo que é necessário se construir, uma prática antirracista e decolonial nas salas de aula que é onde se consolida todo o processo de ensino e aprendizagem que está em um ciclo constante de construção de conhecimento. Inicialmente apresentamos uma pesquisa realizada com os professores da disciplina DADI, cujo era compreender os desafios da teoria e a materialização da disciplina, tendo como objeto de lócus observação a formação inicial dos docentes da disciplina e suas narrativas e discursos. E o outro momento, é a formação continuada dos professores da rede municipal de Porto Seguro/BA que ocorreu no dia 03 de março de 2021, para apresentar a importância da EREER nas escolas e os resultados da pesquisa.

O primeiro momento, foi marcado com a participação de 7 professores de DADI, em que foi realizada a entrevista individual, utilizando o Google Meet tendo em vista a pandemia da COVID-19, e as entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2020. Utilizo da entrevista, me apoiando teoricamente em Duarte (2004), que elucida:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, p. 2015, 2004).

⁶ Da formação inicial e continuada dos professores da Disciplina Diversidade Afrodescendente e Indígena (DADI)

Por escolha, e propício pelo contexto de isolamento social, o desejo de coletar narrativas e discursos, que foi possível assentar a ideia que a entrevista, serviu de suleadora de compreensão daquilo que se passa dentro das salas de aula, não de conclusão daquilo que é posto e/ou questionado. O que também se leva em conta são os entraves e a falta de subsídio para a materialização de uma educação comprometida no combate do racismo, da misoginia, da LGBTQIfobia, e demais formas de discriminação e preconceito, isso porque, a falta de formação inicial não contemplava ou contemplou na época que foi feito a graduação.

No intuito de preservar as contribuições dos participantes da pesquisa, não divulgaremos os nomes, e usaremos de codinome, cidades litorâneas do Estado da Bahia, previsto nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Caracterização dos participantes da pesquisa

DOCENTE	IDADE	SEXO	RAÇA/COR	TEMPO QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO
Mucuri	37	Feminino	Indígena	11-15 anos
Alcobaça	48	Feminino	Não declarado	16-20 anos
Prado	48	Feminino	Parda	11-15 anos
Belmonte	54	Feminino	Branca	6-10 anos
Canavieiras	25	Feminino	Parda	Este é meu primeiro ano
Ilhéus	55	Feminino	Parda	Há mais de 20 anos
Nova Viçosa	56	Masculino	Parda	Há mais de 20 anos

Fonte: Autor (2020)

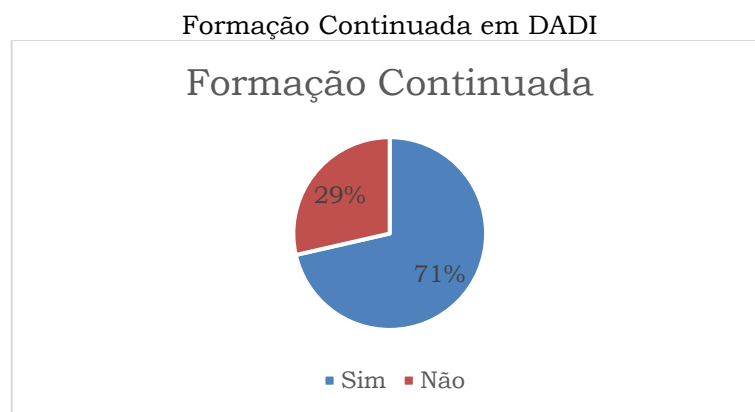
Em uma primeira análise dos participantes, podemos constatar que a maioria das docentes é mulher, com idade média aritmética de $\approx 46,15$ anos, e com a maior parte com mais de 20 anos de sala de aula, com uma média de 13,29 anos.

Dados da formação Inicial e nível de educação formal alcançado pelos docentes

DOCENTE	FORMAÇÃO INICIAL	NÍVEL
Mucuri	Pedagogia	Graduação
Alcobaça	História	Especialização
Prado	História	Especialização
Belmonte	Pedagogia e História	Graduação
Canavieiras	Bacharelado Interdisciplinar em Artes	Graduação
Ilhéus	Estudo Sociais	Especialização
Nova Viçosa	Pedagogia e História	Graduação

Fonte: Autor (2020)

Sabendo da formação inicial e os níveis de escolarização alcançado pelos docentes, perguntou-se quantos já tinham feito formação continuada em Educação para as relações étnico-raciais, e assim se despontam os dados:



73

Fonte: Autor (2020)

Quando perguntado: “O que poderia ter para melhorar suas aulas de DADI?” as respostas foram as seguintes:

Mucuri: Mais formações e materiais de trabalho.

Alcobaça: Material didático.

Prado: Mais conhecimento e novas metodologias

Belmonte: Livros didáticos, juntamente com materiais didáticos.

Canavieiras: Mais acesso e recursos didáticos e paradidáticos.

Ilhéus: Mais recursos.

Nova Viçosa: Material para alunos.

Ao se perguntar sobre as dificuldades que são enfrentadas para a materialização da disciplina DADI, os retornos apresentados foram:

Mucuri: Materiais pedagógicos

Alcobaça: Matérias didáticos, mídias, etc.

Prado: Material didático

Belmonte: Falta de interesse de alguns alunos sobre a matéria.

Canavieiras: O desconhecimento e a desinformação da matéria

Ilhéus: Falta de materiais

Nova Viçosa: A falta de apoio pela equipe gestora da escola na produção de materiais para os alunos, sendo que os mesmos não possuem livros e ou apostilas.

Por fim, pergunto aos participantes se pudesse mudar alguma coisa na disciplina DADI, eles deixaram as seguintes sugestões:

Alcobaça: Que os gestores educacionais reconheçam que DADI é um componente curricular e não apenas uma disciplina que pode ser lecionadas por qualquer professor para completar a carga horária. Que DADI seja um componente curricular para contagem de tempo na unidade escolar, passando a ser considerada uma disciplina separada de História. Ex: Eu trabalhei com DADI na unidade escolar

por 6 anos, no entanto, tiraram-me e deram para uma professora que nunca trabalhou com esta disciplina na vida, pelo simples fato da mesma ter mais tempo que eu na unidade escolar. DADI tem que passar a ser uma disciplina separada e respeitada por todos.

Prado: Maior disponibilidade de material didático aos professores e alunos

Belmonte: Não mudaria nada só acrescentaria para aprofundar mais sobre essa matéria.

Canavieiras: A proposta da disciplina é indispensável, mas acredito que para colocá-la em prática é preciso de mais formação de professores...

Ilhéus: Ter mais encontros na formação

Nova Viçosa: Unificação dos conteúdos a serem trabalhados em sala, ou seja, material para o professor e para o aluno. Não somente relacionar conteúdos e o professor que se vire onde buscar.

Coletadas informações dos participantes, foi possível constatar vários fatores que fazem que a materialização da disciplina DADI, não seja tão efetiva por parte dos docentes, para tanto elenco 2 pontos importantes.

O primeiro ponto que é mais dito, é a falta de material, esse ponto que me toca bastante é uma chave para as dificuldades enfrentadas, tendo em vista que não há um material de apoio, somente um currículo que informa os conteúdos e aponta alguns materiais. Sendo assim, acredito que há uma possibilidade de ser um professor-pesquisador na educação básica, mas não há subsídios e estruturas das escolas para que possa realizar suas pesquisas, valorização do profissional, bem como o tempo de planejamento não é suficiente para que possa de certo buscar e coletar informações para que seja transmitidas para os discentes. O outro ponto a ser tocado, é a falta de um consenso para a formação inicial para o docente da disciplina DADI, nesse ponto, cabe ressaltar que os docentes que atuam com a disciplina são profissionais que surgem para a complementação de carga horária, o que se torna um problema.

Nesse bojo dissertativo, momento que nos referimos no início deste capítulo, surge em meios às narrativas e discursos supra apresentados me trouxeram algumas inquietações, dentre elas: Como é visto pela comunidade docente a disciplina DADI? Será que os professores sabem da importância da disciplina? Já se ouviu falar das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008? Saberiam que há uma obrigatoriedade no Ensino de História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígenas?

Ouvindo os relatos, decidi procurar o Núcleo de formação continuada dos profissionais da Educação (NUFOR) da Secretaria de Educação de Porto Seguro, afim de apresentar a todos os docentes o resultados das entrevistas e também sobre a importância de uma educação antirracista em todas as disciplinas, não somente em DADI, História, Artes e Língua Portuguesa. Buscar uma educação antirracista, requer antes de mais nada adquirir conhecimento que emanam em especial das Ciências Humanas e Sociais, que nos mostram os processos sociais imbricados na formação dos discentes.

Assim, apresentada a proposta as coordenadoras do NUFOR e a Supervisão pedagógica da Secretaria de Educação, imediatamente aceitaram a proposta para um curso de formação continuada com a temática **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS** que abarcaria os seguintes eixos:

- Para que (re)pensar a formação docente a partir de movimentações decolonias?
- A Educação das Relações étnico-raciais no contexto da pandemia e as desigualdades no ensino remoto;
- In/exclusão em tempos de "distanciamento" social;
- Educação antirracista no município de Porto Seguro - BA: narrativas, discursos e práticas.

E para que fosse consolidado todo um percurso formativo que era proposto por mim, foram convidadas 4 pesquisadoras para que pudessem contribuir e trazer as suas perspectivas em relação a Educação para as Relações Étnico-Raciais que eram propostos pelos eixos.

Os convidados a participarem desse momento ímpar de formação continuada respectivamente foram: Prof.^a Mariana Fernandes dos Santos⁷ (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA), Prof.^a Sonia Guimarães ⁸ (Instituto Tecnológico da Aeronáutica- ITA), Prof.^a

⁷ Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia, Mestra em Estudo de Linguagens (UNEB). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (FACSA-BA).Especialista em Educação a Distância(UNEB).Possui graduação em Letras-Vernáculas (UNEB). Atualmente é Docente de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA.

⁸ Possui graduação em Licenciatura Ciências - Duração Plena pela Universidade Federal de São Carlos, Mestrado em Física Aplicada pela Universidade de São Paulo e doutorado (PhD) em Materiais Eletrônicos - The University Of Manchester Institute Of Science And

Nicoleta Mendes de Mattos⁹ e Prof.^a Silvia Lopes Benevides¹⁰ ambas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e do Prof. Lucas Yuri da Silva Rodrigues¹¹ da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).



Fonte: Autor (2021)

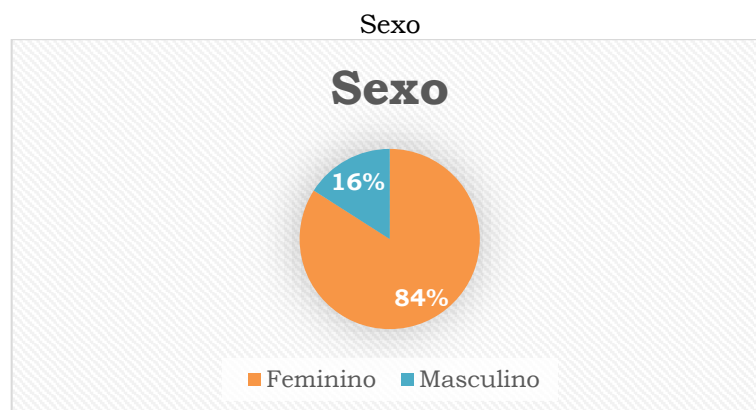
O evento marcado para o dia 03 de março de 2021, recebeu 1197 inscrições, número expressivo diante de uma pandemia da COVID-19 o qual assolam os municípios, estados, Brasil e o mundo, e não se esperava um número tão expressivo de participação. A seguir traço o perfil das/os inscritos para que possamos compreender para quem falamos e a quem interessou a proposta divulgada.

Technology. Atualmente é Professor Adjunto IV do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

⁹ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1985), Especialização em Psicologia Educacional pela PUC-MG (1994), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2014). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia- UNEB.

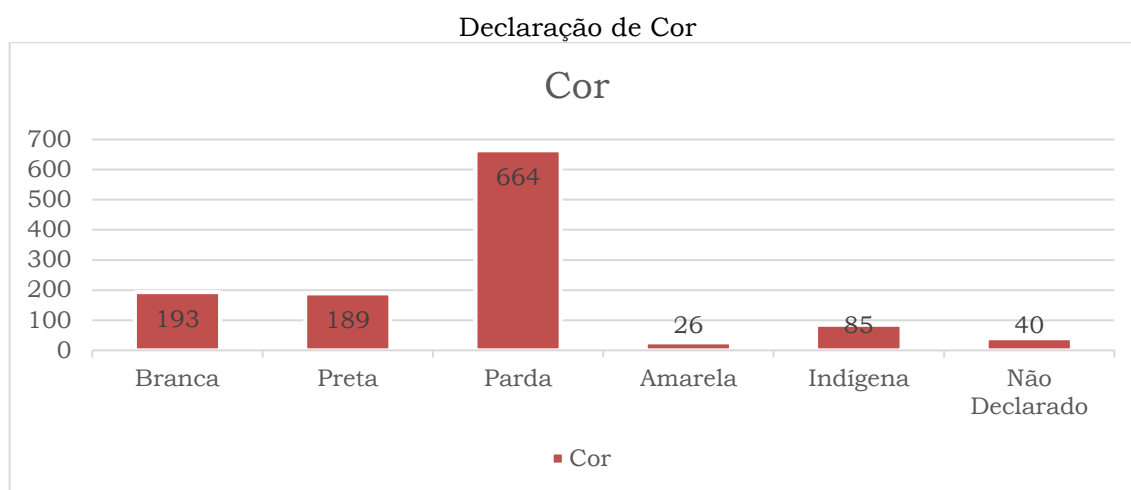
¹⁰ Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2017), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2007), Especialização em Educação Especial pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia.

¹¹ Professor de Química da Educação Básica do Estado de Minas Gerais. Especialista em Química Geral e Industrial pela Faculdade Unyleya (2021), Graduação em Gestão Ambiental pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto (2018) e graduação em Química pela Universidade de Uberaba (2018).

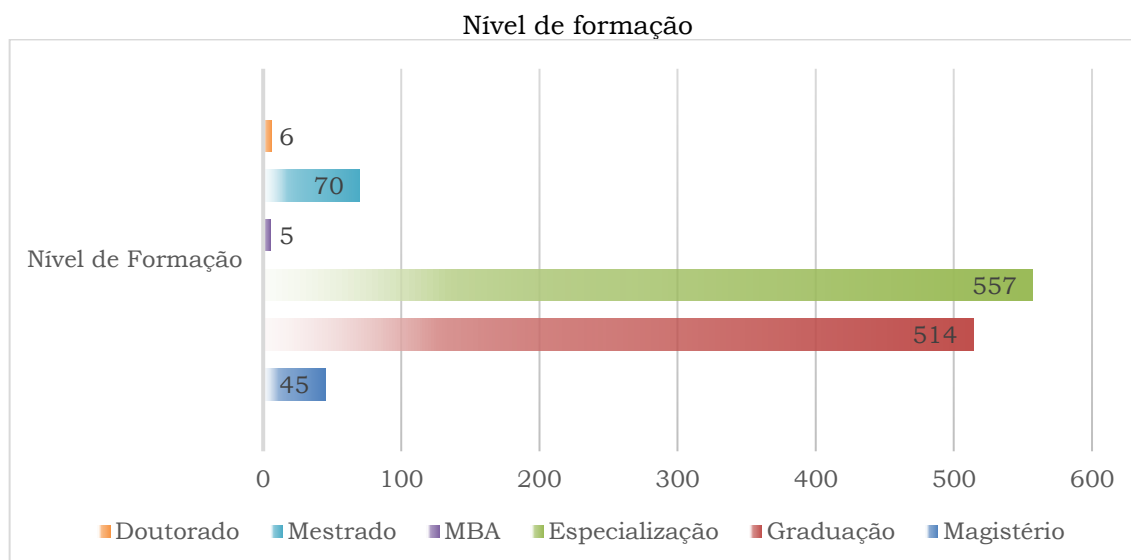


Fonte: Autor (2021)

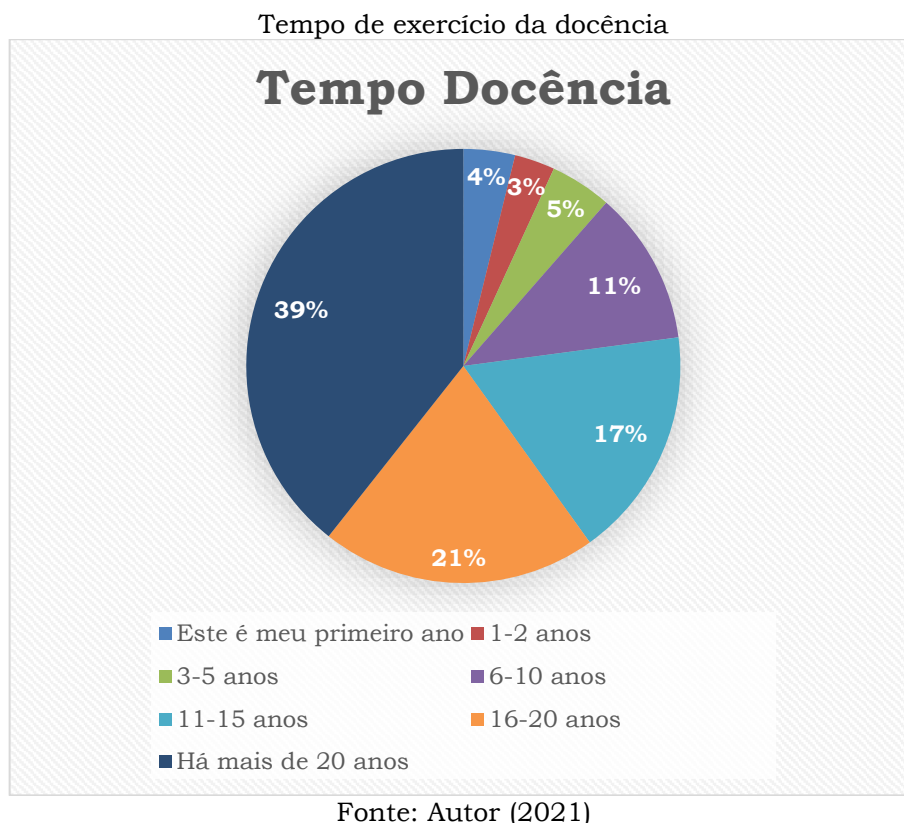
77



Fonte: Autor (2021)



Fonte: Autor (2021)



Dos 1.197 inscritos para o evento, somente 4,1% não pertencia ao quadro de professores da rede municipal de Porto Seguro. E as inscrições foram realizadas do dia 23 de fevereiro de 2021 à 02 de março de 2021. O evento foi transmitido através do Youtube do NUFOR – Porto Seguro, através do link:

https://www.youtube.com/watch?v=waimQFtg6Gc&ab_channel=NUFORPORTOSEGURO

O evento contou com a presença de quatro convidados, em face de uma cirurgia da Prof.^a Dr.^a Sílvia Lopes Benevides (UNEB) que impossibilitou sua participação. Os demais convidados, reunidos após a fala da Secretária de Educação junto comigo explanou sobre a importância de formação continuada, em especial nesse tempo de isolamento que os docentes devem aprimorar suas metodologias ao ensino remoto.

Trago aqui alguns destaques das falas que foram destaques e os respectivos eixos abordados por cada convidado. O primeiro a entrar em cena após as boas-vindas foi o Prof. Lucas Yuri (SEE/MG) que nos apresentou algumas reflexões pertinentes ao eixo: “Educação em tempos de pandemia” que destacamos:

[...] Antes de mais nada é preciso um olhar atento a esses tempos hostis vividos por um Estado fascista, neoliberal e capitalista, e dessa forma que a pandemia da COVID-19, se justifica pelas 255 mil mortes pela doença. Segundo MACEDO (2020) elucida que a COVID-19, se dá em sua maior parte em lugares de segregação socioespacial, aqui me refiro as periferias e favelas que se constituem de pessoas pobres, negras e subalternizadas. Sabendo que, a educação em todos os níveis e modalidades, precisa de ajustes e adaptações, principalmente na Educação Contemporânea. (RODRIGUES, 2021, in vídeo).

Em seguida a Prof. Mariana (IFBA), nos brindou com uma reflexão entorno do eixo: “Para que (re)pensar a formação docente a partir de movimentações decolônias?”, que nos provocou à seguinte reflexão:

A gente não pode pensar no currículo a partir do que está somente prescrito, do que está só proposto nos nossos projetos de curso. Pensar em uma formação a partir da decolonialidade, seja ela no contexto da formação docente ou no movimento que nós fazemos com os nossos estudantes de maneira geral na educação básica, é a gente compreender a partir do viés que nós estamos defendendo aqui, dos letramentos.

Isso significa que a concepção histórica de letramento, sempre foi pautada na lógica do letramento escolar, esse letramento dos espaços instituídos, fossem eles das escolas ou não, alguns chamados de não-formais e aí a gente começa a fazer uma reflexão decolonial, sobre o porquê que alguns espaços escolares são chamados de não-formais. E porque outros são chamados de formais, pra isso a gente já demarca discursivamente com questões epistemológicas, questões conceituais que vão representar, esse olhar sobre as pessoas e sobre as instituições.

Então é não-formal porque não está dentro da lógica do privilégio de um sistema que constrói políticas específicas para uns espaços? Quem são as pessoas que não estão nesses espaços considerados não-formais? Então *pra* gente começar a refletir sobre isso e, pensar nesse processo decolonial, é a gente entender que este momento que nós estamos vivendo, ele nos ensinou muita coisa, mas ele não pode ser naturalizado nem romantizado.

A gente precisa todo dia lembrar que nós estamos on-line dessa maneira porque nós estamos em situação de pandemia. E essa situação de pandemia tirou mais ainda o direito das pessoas de viverem. Que pessoas são essas, por exemplo? São nossos estudantes, são nossos colegas em muitas situações, e aí pensar esse processo de decolonialidade, esse processo de formação docente é retomar o que eu havia dito aqui, quando Grada Kilomba vai falar da questão da máscara, essa máscara histórica que na verdade foi um instrumento de tortura diante de pessoas escravizadas. É um instrumento de silenciamento, de mudez.

E aí quando nós formos falar sobre a questão da inclusão que a professora Nicoleta vai trazer junto com a professora Sônia, nós estamos falando exatamente desse processo histórico de mudez e de silenciamento, que os currículos e que as formações construíram ao longo do processo, só que assim, *pra* gente falar sobre isso, eu retomo Sankofa. Sankofa é uma “adincra”, é um símbolo africano *pra* quem não conhece, e que basicamente é um pássaro que voa e quando ele para, para olhando para trás. E aí, Abdias do Nascimento já nos traz, uma reflexão importante sobre olharmos para o passado para entender e ressignificarmos o futuro, isso

significa o quê? Isso significa a gente poder entender que o processo de decolonialidades nos currículos, sejam eles ou não quando a gente efetiva as nossas aulas especialmente, porque o currículo não é só a aula, é toda uma construção que tem dentro da instituição, como também os processos de formação. Quando nós estamos falando isso, nós estamos falando para além das questões de lei, da 10.639, da 11.645, nós estamos falando de leis que são importantes, e que às vezes a gente precisa de leis para que as coisas aconteçam nos espaços que são institucionalizados, mas não somente.

Quando nós repensamos nossas falas, nossos olhares, nossos planejamentos, quando nós olhamos para fora *pra* pensar as nossas aulas, nós estamos dando possibilidades *pra* que outras pessoas que historicamente tiveram suas vidas, suas narrativas, seus discursos negados, possam participar desse processo. E aí nós estamos falando de caminhos como a interculturalidade crítica, nós estamos falando nos processos de racializar os currículos *pra* que a gente possa também ter condições também de desracializá-los.

Isso significa o quê? A partir do momento que a gente protagoniza outros povos: indígenas, ciganos, quilombolas, pretos e pretas, enfim, nós estamos racializando *pra* buscar a naturalização da desracialização. Isso significa tirar a lógica de naturalizar o que está posto - não mexe não, deixa como está - *pra* gente poder naturalizar e compreender que de fato a nossa sociedade é multicultural, então é diferente de estabelecermos, um olhar velado ou interessado sobre o mito da democracia racial ou coisa do tipo. Não, nós não estamos falando disso. Nós estamos falando que nós precisamos pensar em uma formação decolonial, pensar em currículos que pensem, que efetivem outras possibilidades de identidades sociais, de identidades raciais.

O eixo “A Educação das Relações étnico-raciais no contexto da pandemia e as desigualdades no ensino remoto”, foi explanado pela Prof.^a Sônia Guimarães (ITA), que nos brindou com um recorte importantíssimo, que destaco:

É a educação que promove a aprendizagem para o convívio, vocês ouviram tudo que a Mariana disse, não é só as pessoas de pele branca, não! Tem que ser promovido *pra* todo mundo de forma justa, respeitosa, considerando, as pessoas não-brancas como seres humanos e não como o outro. Igualitárias, essa é realmente muito importante e democrática a partir da socialização de suas histórias e culturas. Suas histórias e culturas não podem ser ignoradas, e consideradas como menos importantes do que as histórias e culturas das pessoas de pele branca, não! E da reflexão sobre a realidade social desigual - adivinhem quem é que tem, quem é que são os mais socialmente vulneráveis? Tem branco também pobre, mas qual é a maioria? Como se encontram as pessoas negras, as pessoas negras, brancas e indígenas no Brasil? Todos têm que ser considerados igualmente.

Uma educação que se configura antirracista e desperta a construção de identidades e subjetividades coletivas, não se pode simplesmente desprezar isso tudo, portanto é para todas as pessoas, direito à educação no Brasil, deve ser garantido pelo Estado e pela família e um de seus princípios é a consideração da diversidade étnico racial, direito à educação no Brasil para todas as pessoas.

No entanto, 3,5 milhões de alunos reprovaram ou abandonaram os estudos no Brasil já em 2019, nem tinha pandemia ainda, espera um pouco que a pandemia vai chegar. Foram registradas 48,5 milhões de matrículas na educação básica em 2018, sem pandemia ainda, presta atenção, distribuídas em educação infantil, ensino fundamental e médio. Desse total, 2,6 milhões foram reprovados, sem pandemia, sem nada, sendo que 1,2 milhões eram pretos e pardos, lógico.

Ainda segundo o levantamento, o ensino médio é a etapa com maior número de discentes que desistiram da escola, são mais de 460 mil alunos em situação de abandono escolar, o que representa 7% do total de matrícula nesse nível. O atraso escolar é ainda mais presente na população indígena, lógico, com 41% dos seus alunos matriculados enfrentando a situação de abandono e de atraso. O abandono da escola também chegou a números alarmantes, ao menos 15 mil crianças estudantes indígenas abandonaram os estudos.

E o desgoverno não faz o seguinte, na pandemia, já chegamos na pandemia, o MEC registra o menor gasto para a educação básica da década, exatamente quando ele deveria estar investindo mais, pois existe uma pandemia, uma série de problemas foram apresentados, o MEC gastou 48,2 bilhões na educação básica no ano passado, o valor é 10,2 % menor do que em 2019.

O Brasil precisa se livrar também da epidemia na educação, propostas e decisões do desGoverno Federal precisam ser mais ágeis, eles não estão preocupados, o MEC não está nem pensando em investir, em incluir professores e profissionais da educação como prioridades na fila da vacinação, segundo o Presidente, “os professores são os vagabundos que não querem dar aula”, mais vacinas pra eles não tem.

Educação e pandemia, o grande mérito deste momento é dos professores e das professoras que se agigantaram diante dos problemas e debilidades, nunca eles tinham dado aula a distância, não tinham nem pensado em ser isso, de repente eles tiveram que ser mestres nesta matéria, aula à distância, com resultados e tudo.

As condições de ensino na pandemia, 4 milhões de estudantes do ensino fundamental, 14,4% estavam sem acesso à nenhuma atividade escolar, sem acesso, como é que você vai ter atividade? Nas favelas, adivinhem a cor das pessoas que vivem nas favelas? As estatísticas são ainda piores, de acordo com a pesquisa feita pela DataFavela, 55% mais da metade dos estudantes de favelas do Brasil estão sem estudar durante a pandemia, por motivos que incluem falta de local adequado de estudo (na favela você tem um quarto só pra você pegar o teu dispositivo eletrônico e ir lá *pra* fazer a aula? Você tem um dispositivo eletrônico pra fazer a aula, você tem a conexão? quer dizer, a coisa é feia, o ministro não está nem aí e bom). Falta de local adequado de estudo, má conexão com a internet, se tiver alguma, ausência de dispositivos adequados, e a distância dos professores, ausência de dispositivos adequados *pra* conexão.

Segundo pesquisa do IBGE, apenas 57% da população do nosso país possui um computador com condições de executar *software* mais recentes. O *software* é aquela “coisinha” fundamental *pra* você entrar na aula à distância, pra você falar com seus professores, mandar um material, só 57% da população tem isso. E o resto? O que esse desGoverno está fazendo *pra* que o resto desse pessoal se conecte.

Outro estudo realizado em 2018 - perceba que não tinha pandemia, esse problema já vem de antes da pandemia - pesquisa de tecnologia de informação à domicílio, aponta que mais de 30% dos

lares do Brasil não possuem nem internet. se não possuem internet como é que vão se conectar, que é praticamente indispensável para o serviço no ensino remoto.

O que que a Ceça Reis diz em Resumindo a Desigualdade no Ensino Remoto: **Acesso**, o governo vai proporcionar acesso? condições sociais? as casas com 40 m², dá condição pra você sentar e estudar, prestar atenção na aula? Enfim, essa casa com 40m² mora 10 pessoas, tem condições de manter o distanciamento? Tem água? Tem álcool em gel?

Condições tecnológicas sem um dispositivo eletrônico você não consegue se conectar.

Sobrevivência, esse pessoal tem o que comer? Numa sociedade solidária, com alguém se preocupando com alguma coisa, a internet tinha que ser disponível para todo mundo, pelo amor de Deus!

Programas educativos nos rádios e TV: se você não tem um computador, se ele não tem um celular, se ele não tem um *ipod*, *ok*, ligue a TV e que tenha os programas necessários lá na TV, ou no rádio, quem é que não tem um radinho?

Políticas de incentivo à diminuição do valor dos aparelhos de comunicação: vocês sabem quanto custa um computador, um *ipod* um celular? Qual a família preta, pobre, pode ter mais do que um celular pro filhinho ficar estudando *num*, a mãe pegando os serviços em outro, quem tem mais que um celular? nas condições da maioria das populações negra e preta?

Nesse viés obtivemos da Prof.^a Nicoleta Mendes de Mattos (UNEB), a abordagem com o eixo “In/exclusão em tempos de distanciamento social”, que nos levou a pensar em “deslocamento”, e que nos assentou pensamentos e ações por meio da reflexão da sala de aula no dia a dia.

E aí me veio uma palavra com algo que foi posto no *chat* em algum momento assim: “mais o título da palestra não é a educação em tempos de pandemia?”. Pensei em muitas coisas, e aí me veio uma palavra que é “deslocamento!”. E eu acho que, *num* *tô* respondendo à pergunta que foi feita não *ok*?! Eu acho que isso aí é pra gente levar, mas me veio essa palavra, deslocamento, é isso que a pandemia trouxe e traz.

Ela desloca quando ela tira a gente do que era antes, né, quando ela tira a gente da rua, quando ela tira a gente das formas de comunicabilidade que existiam, ela desloca quando ela tira as pessoas da vida, ela desloca por exemplo quando ela impede às pessoas de fazer as experiências, de poder continuar as experiências de despedidas que eram marcadas por formas de cultura que possibilitavam elaborar as perdas, não se despede mais *da* morte como antes.

Ela desloca, por exemplo, quando se tem que criar em cima da dor, novas formas de sociabilidade e de construção, ela desloca quando ela força a ter que dar conta da nossa fragilidade e da nossa impotência. Então eu penso que a grande palavra que me traz tudo isso de hoje, ela desloca quando ela nos dá conta, quando ela nos força a dar conta de que aprendizagem é antes de tudo deslocamento. Então estar aqui hoje para mim.

E aí alguém me pergunta: e aí eu vou fazer o quê?

Eu vou dizer bem assim: não sei, não sou eu quem estou aí, só sei de uma coisa, há de se deslocar sim, agora deslocar do “não sei”.

Aí eu vou lembrar de uma fala que está lá no livro de Alice no País das Maravilhas, tá a Alice caminhando no país das maravilhas e de repente ela encontra com o gato aí ela chega pro gato alice diz assim:

E aí? to perdida aqui, aonde é que eu vou?

E aí o gato vira pra ela e diz assim: quer ir pra onde?

Tô perdida, qualquer lugar, não sei.:

Aí o gato diz assim: se você não sabe pra onde ir, qualquer lugar serve.

Vocês não são quaisquer pessoas, vocês são professores que foram chamados para uma formação continuada e para essas pessoas que eu estou aqui falando, se está difícil neste momento de pandemia, e muito difícil mesmo, devemos saber para onde ir. Voltem olhem para trás e vejam de onde vocês estão vindo, vejam a história de vocês vejam de onde vocês vieram até agora.

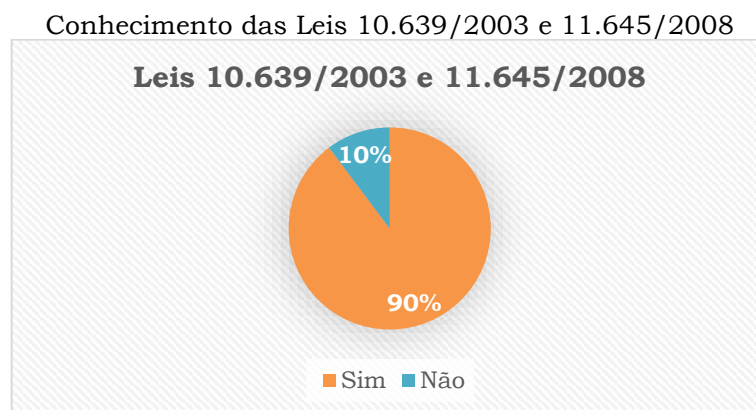
Peçam ajuda, cobrem façam pactos no sentido de compartilhamentos, criem redes, se qualifiquem, se segurem, isso é saúde, é compartilhamento. Não esperem que alguém com cara de bonitinha digam pra você: “heim eu tenho um caminho”, desconfiem isso é uma armadilha, se a gente não sabe, qualquer um tem a resposta? percebe? vocês têm a resposta, acreditem!

Em desfecho analítico explicativo, tive a incumbência de apresentar o eixo “Educação antirracista no município de Porto Seguro/BA: narrativas, discursos e práticas”, em que apresento o resultados das pesquisas e entrevistas que realizei junto aos docentes da disciplina DADI e como eles veem o desafio constante para a materialização da disciplina que é importante no combate do racismo, xenofobia, misoginia, LGBTQIfobia e demais preconceitos e discriminações.

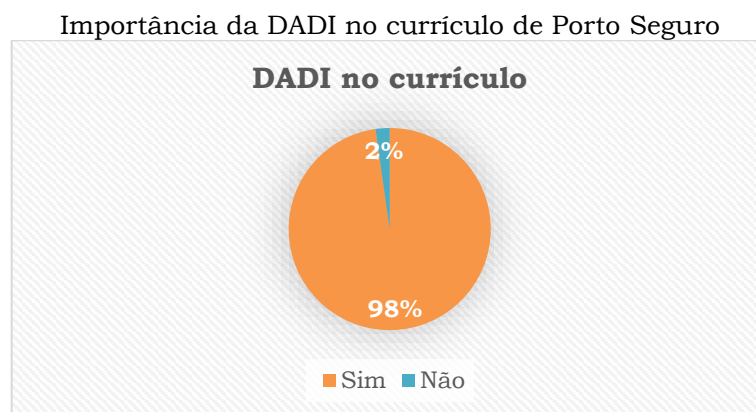
Dadas as reflexões e respostas dos convidados em relação as indagações que surgiam no chat do Youtube, convidei aos presentes que participassem de uma outra pesquisa por meio de um questionário on-line do Google Forms que nos brindou com 800 resposta que apresento a seguir. O que me traz bastante inquietação dos dados que foram coletados são as respostas “negativas” de 2,25% e não as “positivas” que são de 97,75%.

Considerando o número de inscritos e o número de pessoas que responderam o questionário final do curso de formação continuada, alcançamos em tese 66,83 % de participação efetiva do início ao fim do curso.

Quando pergunto aos participantes se eles conhecem ou já ouviram falarem das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que altera a Lei 9.394/1996 (LDB), a resposta se configurou da seguinte forma:



Quanto à disciplina DADI, bem como indago “Você acha necessário ter a disciplina Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena (DADI) no currículo do município de Porto Seguro?”, assim as resposta foram apresentadas:



Outra pergunta que acredito que foi pertinente, foi: “Qual a importância da Diversidade Afrodescendente e Diversidade Indígena (DADI) para a Educação das Relações étnico-raciais no município de Porto Seguro?” essa apresentarei uma coleção de palavras que foi destaque nas 800 resposta, bem como trarei algumas narrativas e discursos passíveis de mudanças a partir da construção de conhecimento sobre a temática.

Mapa de palavras



Fonte: Autor (2021)

Das narrativas e discursos apresentados selecionei de 18 participantes que responderam na pergunta se acham importante disciplina DADI no currículo de Porto Seguro. Assim como nas entrevistas, no intuito de preservar as contribuições dos participantes da pesquisa, não divulgaremos os nomes, e usaremos de codinome com países do Continente Africano, especificando a disciplina que a/o docente leciona.

Costa do Marfim: Acredito que essa disciplina tem que estar agregada na disciplina de História e no lugar dela haver a disciplina específica REDAÇÃO e textos literários, e quando a disciplina em questão poderia ser trabalhada nesse aspecto. (Língua Inglesa)

Nigéria: Penso que ensinar o respeito e a responsabilidade para todos os alunos, independente de etnias, orientações sexuais, classes sociais, entre outras, seria mais interessante do que limitar as aulas a temas específicos. Falta uma prática mais significativa que resulte em comportamentos mais adequados e reais. E, diante da nossa triste realidade social, disciplinas específicas voltadas a introduzir nossos alunos em uma sociedade mais justa, e não apenas como um ser passivo, mas, ativo e capaz. (Ciências)

Senegal: somos todos iguais. A escola é para todos independente de raça cor ou estatura social. Todos receberam o mesmo livro e aulas. (Matemática)

Congo: *não vejo importância no individual, pois na disciplina de história pode ser abordado todas as questões que abrange a referida disciplina. (Matemática)*

Angola: *Importante para quem estabelece o grau de importância. (Coordenadora Pedagógica)*

Libéria: *Acho importante mas poderia estar inserida nas aulas de história e colocar filosofia para o ensino fundamental 2. (Arte)*

Togo: *Compreender a participação e contribuição no desenvolvimento do nosso país. E poderia ser abordado em história e geografia. (Geografia)*

Camarões: *Tratar a temática é de suma importância, pois a mesma é referência para entender e conhecer nossa identidade, nossas práticas cotidianas, nossos costumes, linguagem, dentre outras características. No entanto, acredito não ser a melhor forma de abordá-la direcionando-a a uma disciplina específica. A lei deixa claro que a temática deve ter relevância e ser discutida em todo o currículo escolar, em todos os espaços, em todas as disciplinas. Acredito que a necessidade em tempo real é a de efetivar essa discussão de forma interdisciplinar, o que muitas vezes não é priorizado visto que existe uma disciplina específica para abordá-la. (Matemática)*

Benin: *Desde que tratadas de maneira apenas cultural e histórica se interferir em valores de cada indivíduo acho bom, desde que não envolva religião. (Matemática)*

Mauritânia: *Acredito que seria interessante ser caracterizada uma disciplina inclusiva, como pontuou a última palestrante, pois incluiria a todos os excluídos, pois não são somente negros e indígenas. (Língua Portuguesa)*

Egito: *A mesma importância que temos em ensinar Língua Portuguesa e Matemática, a mesma importância que temos em alfabetização. (Língua Portuguesa)*

Argélia: *É importante para que crianças e adolescentes cresçam conscientes, que aprendam a importância das histórias dos povos indígenas e afrodescendentes e de como eles são importante na nossa jornada até aqui, e principalmente aprendam a respeitar as diferenças. (Língua Portuguesa)*

Etiópia: *A valorização das contribuições culturais, sociais e econômicas desses grupos étnicos a nação, além de desconstruir os estereótipos racistas implantados na ideologia popular ao longo do processo histórico. (Língua Portuguesa)*

Somália: *É relevante porque o nosso Brasil surgiu atrás dessas diversidades culturais, primeiramente já existia, mas com a vinda dos outros povos nativos enriqueceu ainda mais está diversidade multicultural. E hoje, essa história precisa chegar até às nossas escolas, contadas por nós que fazemos parte dessa diversidade. (Matemática)*

Moçambique: *Na formação da sociedade brasileira e apresentar novos caminhos, compreender e valorizar a nossa trajetória, e fornecer espaços para ampliar conquistas dos que tem voz e vez, e que por muitas vezes foram silenciados diante das exclusões e desigualdade*

sociais e raciais no nosso país. Onde aconteça a construção de um ensino social democrático. (Coordenadora Pedagógica)

Uganda: *Dentro da realidade e da diversidade cultural do Município de Porto Seguro. Essa temática é fundamental. Buscando a elaboração de trabalhos que superem preconceitos e estereótipos enraizados e garantindo a inclusão positiva da História e Cultura de negros e indígenas. Contudo, é imprescindível que as instituições educacionais repensem seu papel na formação do indivíduo.* (Língua Inglesa)

Os discursos e falas apresentadas nas respostas do questionário nos remetem a inúmeras críticas e reflexões os quais estão arraigados as/os profissionais docentes e pedagógicos das escolas, em um primeiro aspecto observo que Nigéria propõe uma *“prática mais significativa que resulte em comportamentos mais adequados e reais”*, mas o que seria uma prática significativa? Digo isso, no intuito de pensar quais as práticas antirracistas estão sendo promovidas pela/o docente na sala de aula, quando apresento outra perspectiva de comportamentos mais adequados e reais apresentado pela/o docente, me surge a ideia do que seria certo e/ou errado, cabe a escola enquanto instituição delimitar esses parâmetros, mesmo sabendo que a escola é um espaço não homogêneo?

Outro discurso que me toca, é o de Senegal *“somos todos iguais. A escola é para todos independente de raça cor ou estatura social. Todos receberam o mesmo livro e aulas”* onde há um processo generalista das construções identitárias do país que pormenoriza a luta dos movimentos negros e indígenas, que nos leva a pensar que todo o processo de catequização e escravização no Brasil foi um lapso temporal que após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o art. 5º nos expõe que todos são iguais perante a lei. Nos soa enquanto cientistas, voz marcada de colonialidade marcada pela meritocracia, algo que não aconteceu desde a invasão de Portugal no Brasil que foi marcada por genocídio e servidão.

Cabe aqui pensar sobre o que Benin explanou: *“Desde que tratadas de maneira apenas cultural e histórica se interferir em valores de cada indivíduo acho bom, desde que não envolva religião”* esse ponto que nos toca, é visível as armadilhas do racismo em especial ao racismo religioso que sofre constantes ataques das religiões cristãs em especial as neopentecostais que sobrevivem num aspecto conversionista desenfreado sem respeito aos credos

As falas de Maurîtânia e Egito, sãõ outros pontos que apresentam resquícios do Mito de Democracia Racial e a reprodução da branquitude quando dizem, “pois, *incluiria a todos os excluídos, pois não são somente negros e indígenas*” e “*A mesma importância que temos em ensinar Língua Portuguesa e Matemática, a mesma importância que temos em alfabetização*”, aspectos esses condizentes com a realidade da vida escolar e que nos dá ideia como as/os estudantes vivenciam a sua experiência na escola.

Pensando no intuito do que ser feito para materialização das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 após o curso de formação, coletamos as palavras que mais apareceram nas respostas dos participantes, que desenham o que se pensar no futuro próximo.

[illegible]

Yuri Miguel Macedo

E VIVER SERÁ SÓ FESTEJAR ¹²

Longe da romantização, bem distante mesmo, entendemos que muitos sujeitos e espaços que também mobilizaram/zam relações de poder, independente das representações hegemônicas, têm garantido narrativas e tradições que sustentam atos de currículos ancestrais que deram força para diversas lutas, inclusive o surgimento das leis para a promoção da igualdade racial, entre outras pautas, como gênero, sexualidade, inclusão, são sujeitos de voz nativa, ativa e originária que enfrentaram/enfrentam o projeto de ações e discursos coloniais há muito tempo (SANTOS, 2021, p. 8).

Fazer uma escrita conclusiva no momento, não se mostra tão eficaz, seria hipocrisia de minha parte, quando se vive na pandemia com mais de 280 mil mortos pela COVID-19¹³, em 17/03/2021 às 10h27min, resultado do acinte do desgoverno em curso.

O que busco é cogitar as ações positivas que permearam essa pesquisa e que nos levam a crer sobre a possibilidade de apresentar, refletir, e dar um “AR” aos docentes da disciplina DADI do município de Porto Seguro, e aos demais docentes do município que se propuseram a participar do curso de formação continuada em 03 de março de 2021, no intuito de conhecer e se aprofundar no tema da Educação para as Relações Étnico-Raciais que está emergente e urgente na escola, na família e na sociedade.

A intervenção do curso de formação continuada se descreve de acordo com Dos Santos:

Dialogamos aqui com sujeitos de diferentes etnias, raças, sexualidades, gêneros, pessoas que representam uma sociedade translíngue, plural, mas que ainda é marcada por um disfarce de democracia racial conveniente, que naturaliza a mortes, apagamentos, em prol da manutenção dos confortos culturais e negam as trajetórias e narrativas de uma maioria subalternizada. A linguagem assim como o currículo é campo de luta e de disputa. São meios para recriamos estratégias para desestruturação das paredes e barreiras da colonialidade (SANTOS, 2021, p. 17).

Por assim dizer, a luta e disputas pelos espaços se fazem presente em uma educação que está arraigada de traços europeu, branco, cristão, cis normativo e patriarcal. Dessa maneira, cabe ao espaço acadêmico pôr em exercício ações que se empenhem em possibilitar o conhecimento que possa

¹² (In)Conclusões

¹³ No dia 05 de julho de 2021 que envio o texto final, já temos mais de 524 mil mortes pela COVID-19, além de outros agravos do desgoverno como: aplicação de vacina vencida na população, a propina de 1 dólar por dose entre outras desgraças que a população vivencia por conta do governo genocida, fascista e negacionista.

favorecer práticas adaptadas para a realidade social, já que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por hora não mais um documento utilizado que me apoio por ter suleado muitas práticas curriculares, que aponta que tradicionalmente:

A formação dos educadores brasileiros não contemplou essa dimensão. As escolas de formação inicial não incluem matérias voltadas para a formação política nem para o tratamento de questões sociais. Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época, essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo (PCN¹⁴, 1998, p. 32).

Frente ao que os Parâmetros Curriculares Nacionais dizem se observa que um dos desafios é lidar com a cultura escolar acostuada a não tratar da diversidade cultural existente no seu espaço, fruto das tradições enraizadas no currículo, nos materiais didáticos e, sobretudo, nas concepções dos professores a respeito do “outro”, da cultura e da participação efetiva na formação e no desenvolvimento social, por isso a importância da interdisciplinaridade. Tendo essa suposta “neutralidade”, apontada na PCN, não existe. De acordo Apple (1982, p. 39), em nível filosófico, a formação escolar é construída por meio de uma tradição seletiva, ou seja, seleciona-se o “passado significativo”, aquilo que devem, ou não, conhecer e valorizar. Portanto, apostar na suposta “neutralidade”, é ignorar que esse processo é uma escolha feita em um universo maior de conhecimentos e princípios disponíveis.

Outro fator encontrado ao se falar de raça, é a ideia de um “Brasil mestiço”. Para Maciel (2009) essa teoria tem a intenção de cessar os estudos sobre relações raciais, uma vez que se entende que os grupos vivem de forma harmoniosa. A autora, enfatiza ainda, que isso é a verdadeira negação do racismo, pois busca tornar o Brasil um país possuidor de uma única raça e uma única cultura, inibindo assim, a identidade dos grupos inferiorizados e escondendo o racismo permanente nas relações sociais.

Portanto, as relações de poder que foram estabelecidas historicamente no Brasil, reservaram para o negro uma trajetória de exclusão, discriminação e invisibilidade. Reproduzindo até hoje uma imagem primitiva

¹⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): temas transversais.

das culturas africanas e disseminando ainda mais o preconceito contra essa população. Durante a pesquisa, foi possível perceber que esses são os discursos reproduzidos por alguns docentes do município de Porto Seguro.

Dessa maneira, em uma sociedade opressora, dificilmente alguém queira ser o oprimido. Não é fácil para os negros afirmarem sua identidade vivendo em um meio racista. Além da opressão, a ideia de mestiço gera uma certa “crise de identidade” para a população negra, fazendo com que o sujeito possa vir a construir sua subjetividade enquanto não-negro. Mercer (1990) aponta que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43).

Os processos para consolidar essa pesquisa houve percalços principalmente no acesso aos documentos legais que configuraram os objetos curriculares do município de Porto Seguro, outra dificuldade foi se deparar – com início de um período pandêmico – o novo coronavírus. Com o desgoverno em curso que busca a prática do desmonte da Educação brasileira entregando ao fascismo, neoliberalismo e a indústria educacional do país.

Após a dificuldade, e com participantes e colaboradores novos juntos a Secretaria de Educação, foi possível avançar e conquistar o interesse da pesquisa no âmbito de todo o município, fruto disso temos um banco de dados das coletas feitas na pesquisa que mostra a carência de políticas de ações afirmativas desde a formação continuada até a materialização da sala de aula com material didático para que os professores se apoiem no exercício da docência da disciplina DADI.

A pesquisa foi possível quando reavaliarmos os caminhos e deslocamos, vendo a necessidade de formação, à vontade e o desejo dos professores estarem presentes no espaço físico-escolar, corroborando para que a Educação Básica precisasse ser levada ao EREER e demais políticas educacionais que precisam sair do papel e se consolidar pelas práticas.

A disciplina DADI, cumpre um papel importantíssimo para seguir a legislação que está em vigor em relação às Leis nº 10.639/2003 e

11.645/2008, porém é preciso ultrapassar essa disciplina e tratar de questões raciais de forma interdisciplinar, multidisciplinar e institucional.

Reforçamos ainda as dificuldades que são enfrentadas pelas religiões de Matrizes Africanas que têm empecilho de ser estudada devido ao racismo que é instituído a essas religiões advindas de África, bem como os credos docentes que se configuram em sua maioria cristãs e demonizam a história e cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena.

Retomamos nossos objetivos, a fim de confirmar que o presente documental-escrito foi alcançado quando pudemos analisar como os docentes de DADI colocam em prática as políticas expressas nas das leis 10.639/2003 e 11.635/2008 e apresentando as dificuldades para materializar a Disciplina DADI e expor que a maior problemática gira em torno da falta de material didático e formação continuada aos profissionais, confirmados a partir da extensão universitária.

O artefato final desse esforço se deu na consolidação da I formação continuada em Educação para as Relações Étnico-Raciais do município de Porto Seguro. Findo, agradecendo a minha ancestralidade e a todas, todos e todxs que puderam caminhar comigo nessa jornada que ainda inacabada é parte de uma construção dos sujeitos em relação ao espaço/tempo que se vive na luta e na resistência.

Seja tenente ou filho de pescador,
Ou importante desembargador
Se der presente é tudo uma coisa só
A força que mora n'água

Não faz distinção de cor
E toda a cidade é d'Oxum
A força que mora n'água
Não faz distinção de cor
E toda a cidade é d'Oxum

É d'Oxum
É d'Oxum
É d'Oxum
Eu vou navegar

Eu vou navegar nas ondas do mar
Eu vou navegar
Eu vou navegar, eu vou

Composição de Gêronimo Santana

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.L. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo/ Brasil: Pólen Livros, 2019. 264p .

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AZEVEDO, J.M.L.; AGUIAR, M.A. **Políticas de educação: concepções e programas**. In: WITTMANN, L.C.; GRACINDO, R.V. (Coord.). O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997. Brasília: INEP, 1999. p. 43- 51.

BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues**. Journal of Curriculum Studies, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0022027920240201> Acesso em 10 set 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de Fevereiro de 1891).

BRASIL, Presidência da República. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**.

BRASIL, Presidência da República. **Lei no 11.645, de 10 de março de 2008**.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7.

BRASIL. IBGE. **Atlas da Violência**, 2019.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2000.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior. Brasília. Congresso Nacional.

BRASIL. **Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 fev. 2006.

BRASIL. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. MEC. Ensino de 1º e 2º grau.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. Entre a aceitação e a fuga: a juventude negra em trânsito nos currículos escolares. **Revista Exitus**, v. 9, p. 37-65, 2019.

CAMPOGRANDE NEWS. **Bolsonaro diz que OAB só defende bandido e reserva indígena é um crime.** CAMPO GRANDE NEWS, 2015. Disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-oab-so-defende-bandido-e-reserva-indigena-e-um-crime> >. Acesso em: 10 mar 2020.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808).** 2012. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

ESTADÃO. **“Devolve! Devolve! A FUNAI é da justiça e não dos ruralistas”.** Estadão, 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/devolve-devolve-a-funai-e-da-justica-e-nao-dos-ruralistas/>>. Acesso em: 10 mar 2020.

GOMES, N. L. “Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; p. 147

GOMES, N.L. **O movimento negro educador**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. v. 1. 154p

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**. v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: Fonseca, M.V; Silva: C.M.N; Fernandes, A.B.. (Org.). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. 1ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, v. , p. 39-59.

GOMES, N. L. “Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação”. In: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; p. 147.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas em educação, Unesco, Brasília, 2002.

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação Básica** - SAEB, 2020. Brasília: INEP/Ministério da Educação, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; DO BOMFIM, Helder Freitas. COVID-19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada?. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, v. 2, p. 01-10, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; OLIVEIRA, Eduardo David; PEÇANHA, Cinézio Feliciano. A Capoeira como Referencial Metodológico para Enfrentamento do Racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S.l.], v. 11, n. Ed. Especial, p. 174-187, out. 2019. ISSN 2177-2770.

MACIEL, Regimere Oliveira. **Ações Afirmativas e Universidade**: uma discursão do sistema de cotas da UFMA. São Paulo. 138p. 2009.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n.94, p. 47-69, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MERCER, K. Welcome to the jungle. Em J. Rutherford (Org.), **Identity**. Londres: Lowrence and Wishart. 1990.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013**. 1.ed. Porto Seguro: Editora Oyá, 2019, 180 p.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

PORTO SEGURO. **Plano Municipal de Educação (2015-2025)**. 2015.

PORTO SEGURO. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução CME nº 19/2007**.

PORTO SEGURO. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução CME nº 38/2010**.

PORTO SEGURO. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução CME nº 41/2012**.

PORTO SEGURO. Conselho Municipal de Educação (CME). **Resolução CME nº 118/2019**.

PORTO SEGURO. **Lei Municipal nº 680 de 15 de maio de 2007**.

PORTO SEGURO, NUFOR. **Educação em tempos de Pandemia**. 2021. (2h44m46s). Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=waimQFtg6Gc&ab_channel=NUFORPORTOSEGURO>.

PORTO SEGURO. Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (SEDUC - PMPS). **Ofício SEDUC nº 674/2020**.

PORTO SEGURO. Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (SEDUC - PMPS). **Ofício SEDUC nº 08/2021**.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Pandéia. Ribeirão Preto, n. 4, fev./jul., 1993.

SANTOS, Mariana F. dos. **ECOS DE DECOLONIALIDADES PARA O CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA**. Texto no prelo.

SILVA, P. B. G. e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. In: Marcus Vinícius Fonseca; Carolina Mostaro Neves da Silva; Alexsandra Borges Fernandes. (Org.). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. 1a.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições Ltda, 2011, v. 1, p. 11-37.

SOLÀ, Pere. El estúdio diacrónico de los fenómenos educativos y las tendencias historiográficas actuales. In: **CONGRESO INTERNACIONAL “HISTÓRIA A DEBATE”**, 1993, Santiago de Compostela. Actas... Santiago de Compostela: Carlos Barros Editor, 1995. t. II, p. 213-220.

ZULUAGA G. O. L. Entre Lancaster y Pestalozzi: los manuales para la formación de maestros en Colombia, 1822 a 1868. 1822-1868. **Revista Educación y Pedagogía**, v. XIII, n. 29-30, jan.-set. 2001.